

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 21/2026**

**Data: 12/05/2026**

**Às 09h00**

**<https://www.gov.br/compras/pt-br>**

**UASG:987915 – N.º Comprasnet 90021**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS,  
FERRAMENTAS E MÁQUINAS INDUSTRIAIS.**

**[pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br](mailto:pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br)**

**(42) 3127-8173\_GABRIEL**





**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8461/2026**

**PREÂMBULO**

A Prefeitura de Telêmaco Borba, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, e sob a responsabilidade das Pregoeiras **Matilde Maria Bittencourt**, **Gleise Cristiane Kwas Lucio** e do Pregoeiro **Gabriel Marcondes Pukanski** designados pelo Decreto Municipal nº 29.909/23, torna público, para conhecimento dos interessados, que em atendimento ao Processo de Despesa nº **75 de 27 de março de 2026**, e com a respectiva autorização da Exma. Prefeita Municipal, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Municipal nº. 29214/23, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares, a realizar-se no local e horário a seguir:

**INFORMAÇÕES GERAIS**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	<b>DATA: 12/05/2026</b>
<b>HORÁRIO: 09h00min</b>	
UNIDADE COMPRADORA: 987915 – NUMERO DA COMPRA: <b>90021</b>	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: <b>SISTEMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – COMPRAS.GOV.BR</b>	
ENDEREÇO ELETRÔNICO: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o <u>horário de Brasília – DF</u> .	
OBSERVAÇÃO: <u>Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.</u>	

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MÁQUINAS INDUSTRIAIS** conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

1.2. O objeto desta licitação será dividido em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. **ITENS 3 ao 7 – EXCLUSIVOS** - destinado à participação exclusiva de MEI, ME ou EPP, com prioridade de contratação para MEI, ME ou EPP local ou regional.

1.4. **ITENS 1 e 2 – AMPLA DISPUTA** - destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste edital, inclusive MEI, ME ou EPP;

**2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 657.495,91 (seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e um centavos)**, distribuídos em **ITENS**, na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento da Prefeitura de Telêmaco Borba, para o presente exercício, na classificação abaixo:

ANO	CÓDIGO	DOTAÇÃO	RECURSO	VERBA
2026	1188	08.001.15.451.1502.1036.4490.52.00.00	10520	PRÓPRIA

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.2. Os interessados em participar da licitação deverão atender às condições seguintes:

3.2.1. Credenciar-se previamente no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

3.2.2. Remeter, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço ou o desconto e, na hipótese de inversão de fases, os documentos de habilitação, até a data e hora marcadas para abertura da sessão;

3.2.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.2.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Pregoeiro de sua desconexão; e

3.2.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a exclusão do licitante do certame.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123.

3.6. Não poderão participar desta licitação:

3.6.1. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.6.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.3. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando estes forem os elementos técnicos fundamentais de licitação que versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;





3.6.4. A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5. A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.6.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e

3.6.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº. 14.133, de 2021.

3.6.11. O impedimento de que trata o item 3.6.11 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.3 e 3.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.

3.6.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6.14. O disposto nos itens 3.6.3.e 3.6.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.6.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



3.6.16. A vedação de que trata o item 3.6.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO**

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4.2. As sessões serão processadas em dias úteis, no período das 09h às 11h15min e das 13h15min às 17h00min.

**4.2.1.** Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, municipais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Boletim Oficial do Município que interfiram no horário de funcionamento do órgão licitante.

**4.2.2.** Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao pregoeiro informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

**4.2.3.** Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

**4.2.4.** Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 4.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão ou concorrência, através do Sistema.

4.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração Municipal.

#### **5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, através do endereço eletrônico: [pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br](mailto:pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br), em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Pregoeiro.

5.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

5.6. No caso de recebimento via e-mail, em horário estranho ao funcionamento oficial da unidade responsável pelo acompanhamento da licitação, os prazos estabelecidos neste subitem começarão a correr no primeiro dia e hora úteis subsequentes ao registrado na correspondência eletrônica.



## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3., 6.4. ou 6.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.





6.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, ou percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor ou desconto (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e valor total do item;
- b) Marca;
- c) Fabricante;
- d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em



quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos nesse Edital.

## **8. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3.2. A classificação inicial da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação OU pregoeiro e os licitantes.

8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO POR ITEM**, conforme definido neste Edital.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

8.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

8.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

### **8.12. MODO DE DISPUTA ABERTO**

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.14. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.15. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.16. Encerrada a etapa anterior o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente; ou em ordem decrescente (no caso de pregão por maior desconto).

8.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação ou pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor original de sua proposta.

8.22. Em relação a itens para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.23. Nas condições acima, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.24. A melhor classificada nos termos do subitem anterior poderá encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática.

8.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o



sistema realizará automaticamente um sorteio para definir qual fornecedor será convocado na sequência para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº. 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.27.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.27.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme previsto no Decreto Municipal nº. 29210, de 2023;

8.27.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos do Decreto Municipal nº. 29211, de 2023.

8.27.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, nos termos do Decreto Municipal nº. 29.214 de 2023, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado do Paraná;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.27.5. Caso a regra prevista na cláusula 8.27.4 deste Edital não solucione o empate, será realizado sorteio, nos termos da regulamentação municipal.

8.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado da classificação.

8.29. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.31. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## **9. DAS PREFERÊNCIAS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE PARA EMPRESAS COM SEDE LOCAL E/OU REGIONAL**

9.1. Apenas para os itens exclusivos para participação de MEI, ME ou EPP, como garantia ao exercício do direito de preferência, nos termos do art. 28 e seguintes da Lei Municipal nº 2.126 de 27 de outubro de 2015, o(a) Pregoeiro(a) assegurará, após a fase de lances de todos os itens, como critério de desempate e preferência para contratação, a oportunidade aos licitantes que se enquadrem no art. 31 e seguintes da Lei Municipal nº 2126/15, da seguinte forma:

9.1.1. Para os licitantes sediados em Telêmaco Borba será oportunizada preferência de adjudicação, cuja oferta seja até 10% (dez por cento) superior ao do melhor preço válido.

9.1.2. Não existindo MEI, ME ou EPP local, será oportunizada preferência de adjudicação aos licitantes sediados na região de influência (MEI, ME ou EPP com sede nos municípios de Imbaú, Ortigueira, Reserva, Tibagi, Ventania, Curiúva e Sapopema), cuja oferta seja até 10%



(dez por cento) superior ao do melhor preço válido.

9.2. Não existindo MEI, ME ou EPP local e/ou regional, o objeto poderá ser adjudicado ao melhor preço válido apresentado por MEI, ME ou EPP não enquadradas nos itens anteriores.

9.3. A verificação dos requisitos se dará após os lances de todos os itens e as decisões tomadas pelo(a) Pregoeiro(a) deverão ser efetuadas através do sistema, onde poderão ser acompanhadas por todos os licitantes.

## **10. DA FASE DE JULGAMENTO**

10.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.3. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.4. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº. 14.133/2021, e na cláusula terceira deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

10.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será excluído, por ausência de condição de participação.

10.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

10.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.10. A proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá conter:

10.10.1. Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo II deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

10.10.2. Preços unitários e totais, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula;





10.10.3. Constar quantidade de unidades para cada item; descrição detalhada do objeto - conforme o Edital: indicando, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso); e descrição do objeto deve atender o disposto no ANEXO I do Edital, vinculando-se à licitante;

10.10.4. Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

10.11. **As propostas readequadas, devem ser enviadas com os valores unitários com 2 (duas) casas decimais, sendo que o valor TOTAL do item não pode ser superior ao ofertado na etapa de lances, ou seja, só serão aceitas propostas que o valor unitário do item multiplicado pela quantidade, resulte em um valor TOTAL igual ou inferior ao ofertado na fase de lances.**

10.11.1. **Caso os valores estejam em desacordo com o item acima, o Pregoeiro enviará via chat, os valores unitário e totais que serão considerados para o item.**

10.12. No caso de aquisição de bens, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.12.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a cláusula 9.12, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.12.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.14. Erros no preenchimento da proposta ou da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta e/ou a planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.15. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.16. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



10.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.20. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra ou o envio de prospecto, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.21. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação da amostra, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes **(somente no caso de amostras)**.

10.22. Os resultados das avaliações das amostras ou prospectos serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.23. No caso de não haver entrega da amostra, ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada **(somente no caso de amostras)**.

10.24. Se a amostra apresentada ou prospecto enviado pelo primeiro classificado não for aceito, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra ou prospecto e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.25. **A apresentação de amostra ou envio de prospecto poderá ser dispensada a critério da Secretaria requisitante, neste caso, o Pregoeiro comunicará os participantes via chat e/ou e-mail.**

## 11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos abaixo e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da Lei nº. 14.133, de 2021.

11.2. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.2.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

### 11.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.3.1. Os documentos constitutivos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 11.4. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Prova de regularidade fiscal perante a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Secretaria da Receita Federal;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c) Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.





h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 11.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I- Publicados em Diário Oficial; ou

II- Publicados em Jornal; ou

III- Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

b) O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá ser o publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário" contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.

c) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, deverá apresentar cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

d) As empresas que utilizam o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital somente estarão dispensados de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova da utilização da ECD – Escrituração Contábil Digital, acompanhado do recibo de entrega. Este documento é assinado digitalmente, o que supre a ausência de assinatura no balanço apresentado na licitação.

e) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício.

11.5.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial dos Sócios no domicílio da pessoa física, conforme artigo 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.5.2.1. Somente serão aceitas certidões emitidas pelo TJDF para as empresas sediadas no Distrito Federal, pois sua abrangência não inclui os demais processos de âmbito nacional.



11.6. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

11.7. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.8. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

11.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.11. A documentação poderá ser apresentada em original ou por cópia simples, por meio do sistema. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.13. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.14. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.15. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.16. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, quando:

- a) Necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante;
- b) Para apuração de fato já existente à época da abertura do certame; ou
- c) Destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11.17.1. Os documentos complementares, em fase de diligências, terão o prazo de envio estabelecido pelo Pregoeiro, via “chat”, estipulando preferencialmente, o prazo máximo de 30 (trinta) minutos.

11.18. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.21. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

11.22. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

11.23. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

## **12. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

12.1. Aceita a proposta, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública e o resultado do julgamento será divulgado no sistema.

## **13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº. 29.214, de 2023.

13.2. Quando o recurso apresentado for relativo ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação, a intenção de recorrer deverá ser registrada em campo próprio no sistema em até 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

13.3. O prazo recursal será contado a partir da divulgação do resultado da etapa de habilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, do julgamento das propostas.

13.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.6. Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





13.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://telemacoboba.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

#### **14. DA FORMA DE PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será efetuado mediante solicitação do contratado e apresentação de nota fiscal referente ao(s) serviço(s) prestado(s) no período devidamente atestados pelo fiscal/gestor de contrato.

14.2 A emissão da nota fiscal e os pagamentos serão efetuados em conformidade com o estabelecido no Anexo I – Termo de Referência.

14.3 A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal eletrônica idêntica às informações contidas na nota de Empenho.

14.4 Deverá discriminar todos os tributos obrigatórios no corpo da nota fiscal.

14.5 Para o recebimento do pagamento a CONTRATADA deverá possuir conta corrente jurídica em nome da empresa, com os mesmos dados do contrato/empenho.

14.6 Os pagamentos serão realizados no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, desde que devidamente executados e recebidos pela fiscalização conforme previsto em contrato.

14.7 Os pagamentos a CONTRATADA serão efetuados após observado todas as normas legais vigentes, obrigando-se a mesma, a manter os requisitos exigidos de habilitação no procedimento licitatório que precedeu a celebração do presente contrato/empenho.

14.8 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada no Anexo I - Termo de Referência, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e indenização pelos danos decorrentes.

14.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

14.10 A fiscalização reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os bens entregues não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas neste Edital.

14.11 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

14.12 A Prefeitura de Telêmaco Borba poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Edital.

14.13 A Prefeitura de Telêmaco Borba fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

14.14 Para efeito da emissão da Nota Fiscal, o número de inscrição no CNPJ da Prefeitura do Município de Telêmaco Borba é 76.170.240/0001-04 e o endereço é Praça Dr. Horácio Klabin, 37, Centro, Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

14.14.1. Em se tratando de contrato/empenho gerado pelo Fundo Municipal de Saúde, para efeito da emissão da Nota Fiscal o número de inscrição no CNPJ é 10.505.434/0001-05 e o



endereço é Praça Dr. Horácio Klabin, 37 – Centro - Telêmaco Borba - Estado do Paraná.

14.15. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, o valor devido será atualizado monetariamente através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), e acrescido de juros moratórios. A remuneração dos juros moratórios serão os mesmos aplicados a caderneta de poupança. Para apuração destes será considerado o período entre a data de seu vencimento, até a data do efetivo pagamento.

## **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.14. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

15.14.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.14.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.14.3. Der causa à inexecução total do contrato;

15.14.4. Deixar de entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o processo e/ou execução do contrato;

15.14.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) Deixar de apresentar amostra; ou

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

15.14.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.14.7. Apresentar declaração ou documentação falsa;

15.14.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.14.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.14.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.14.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.15. Considera-se inexecução parcial, desde que o objeto ainda seja útil ao contratante:

a) o descumprimento de obrigação acessória;

b) a entrega em atraso do objeto contratado ou o retardamento da execução;

c) o descumprimento de cronograma; ou

d) a entrega parcial do objeto contratado em relação à quantidade ou às especificações e condições pré-determinadas.

15.16. Considera-se inexecução total:

a) o descumprimento da obrigação principal;

b) o cumprimento em atraso ou parcial da obrigação principal que a torne inconveniente ou desnecessária para a Administração;



c) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido em Edital.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa;

16.1.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Telêmaco Borba; e

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelos licitantes durante o processo licitatório:

16.2.1. Multa, de acordo com os seguintes percentuais:

16.2.1.1. De 0,5% do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.2.1.2. De 10% sobre o valor estimado, em caso de recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente;

16.2.1.3. De 20% sobre o valor estimado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa;

b) fraude à licitação;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846/13.

16.2.2. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4 a 15.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) deixar de entregar a documentação exigida: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.7 a 15.1.11, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.6 que justifiquem a imposição de penalidade





mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) apresentar declaração ou documentação falsa: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.

b) fraudar a licitação: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) para os itens 15.1.4 a 15.1.6 que justifiquem imposição de penalidade mais grave: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até três anos.

16.2.3.1. Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelo contratado:

16.2.4. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, prevista no item 16.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.5. Multa, de acordo com os seguintes percentuais:

16.2.5.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

16.2.5.2. Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato:

a) ante ao descumprimento de obrigação acessória definida nesse instrumento contratual, até o limite de 07 (sete) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

b) ante ao descumprimento de obrigação trabalhista, previdenciária ou ambiental, até o limite de 05 (cinco) dias, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto no contrato para a apresentação da documentação comprobatória, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação.

16.2.5.3. A multa prevista no item 16.2.5.2, “a” incidirá sobre o valor da parcela, caso o contrato estabeleça o montante relativo à obrigação acessória.

16.2.5.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.

16.2.5.4.1. Compensatória, nos seguintes percentuais:

16.2.5.4.1.1. 20% sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

16.2.5.4.1.2. 20% sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

b) prática de ato fraudulento na execução do contrato;



- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no 5º da Lei nº 12.846/13.

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

16.2.6. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento pelo período de até dois anos.

b) der causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento pelo período de até três anos.

c) deixar de entregar a documentação exigida pela Administração contratante: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

16.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 15.1.7 a 15.1.11, deste Contrato, bem como as cláusulas 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, respeitada a seguinte dosimetria:

a) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.

b) praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 3 a 4 anos.

g) der causa à inexecução total do contrato, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 4 a 5 anos.

16.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133/2121, e no Decreto Municipal nº. 29216/23.

16.4. Quando da aplicação de advertência, o contratado deve ser notificado formalmente que a reiteração de conduta punida ensejará a aplicação de penalidade mais severa.



16.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.8. Na aplicação da sanção de advertência e multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.9. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação.

16.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

16.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme

normas e orientações dos órgãos de controle.

16.12. São circunstâncias agravantes:

- a) a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- b) o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- c) a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade; e
- d) a reincidência.

16.13. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

16.14. Não prevalece a condenação anterior, para fins de reincidência:

- a) se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido prazo superior a 5 (cinco) anos;
- b) se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

16.15. São circunstâncias atenuantes:

- a) a primariedade;
- b) a conduta do contratado para evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- c) a reparação do dano antes do julgamento; e





d) confessar a autoria da infração.

16.15.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

16.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

16.17. A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.14. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.16. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.17. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.18. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.19. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



17.21. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://telemacoborba.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

17.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Minuta de Contrato

Telêmaco Borba, 28 de abril de 2026.

GABRIEL MARCONDES  
PUKANSKI:10274581906

Assinado de forma digital por  
GABRIEL MARCONDES  
PUKANSKI:10274581906  
Dados: 2026.04.27 16:30:19 -03'00'

**Gabriel Marcondes Pukanski**  
**Pregoeiro (a)**





## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

1.1. Aquisição de Máquinas, equipamentos e ferramentas industriais para manutenção da malha viária urbana e da rede de esgoto, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	Rolo compactador vibratório nas seguintes especificações mínimas: Equipamento zero hora de funcionamento; Ano de Fabricação/ano Modelo: igual ou posterior à data de abertura do edital; Peso operacional c/ROPS: 2.500 kg; Largura do Tambor: 1.000mm;  Motor diesel; Tanque de combustível: 35 litros; Capacidade de água: 200 litros;  Motor com potência de 24,4 HP (18.4 kW); Força centrífuga: 23kN; Frequência de vibração: 60 Hz;  Rolo de vibração: á frente + atrás; Sistema de direção: hidrostática; Sistema de direção: articulada oscilante ou hidrostática; Sistema de água: pressurizado;  Sistema elétrico: 12 volts. Luzes de trabalho à frente e atrás; Alarme de marcha ré; Nível de água; Assento ajustável; Rops; Cinto de segurança;	UNIDADE	1	R\$ 286.810,26	R\$ 286.810,26





	<p>Giroflex; Horímetro; O rolo compactador deverá conter todos os equipamentos exigidos pela legislação vigente que porventura não tenham sido citados nas especificações acima. Garantia de 24 (vinte e quatro) meses, e todas as REVISÕES de manutenção preventiva, logística e insumos às despesas da proponente durante o período de garantia ou 2.000 horas. Entrega com tanque cheio. Conforme Termo de Referência.</p>				
2	<p>Destocador de tocos autopropelido nas seguintes especificações mínimas: Motor: ciclo Otto ou diesel; Combustível: a gasolina ou diesel; Potência: 26 HP; Sistema de arrefecimento: ar ou líquido; Tipo de tração: rodas; Autopropelido com pneus de alta tração; Largura da máquina: 80 cm; Disco de corte: diâmetro de 450mm; Sistema de dentes: tungstênio substituíveis e rotativos (12 dentes); Capacidade de varredura: 115cm; Corte abaixo do solo: 30cm; Deve ser motorizado ou hidráulico; Tanque de combustível ou injeção eletrônica; Peso aproximado: 553Kg.</p>	UNIDADE	1	R\$ 313.000,00	R\$ 313.000,00
3	<p>Compactador de percussão nas seguintes especificações mínimas: Motor: 4 tempos Combustível: gasolina; Capacidade do tanque de combustível: 2 litros; Potência: 3,6HP; Força de impacto: 13kN; Golpes por minuto: 640-</p>	UNIDADE	1	12.510,41	12.510,41



	680bpm; Amplitude do salto:50 - 75mm; Tamanho da sapata:280 x 300mm; Peso:70Kg.				
4	Câmera para inspeção de dutos com as seguintes especificações mínimas: Sistema de iluminação composto por 12 LEDs brancos com ajuste de intensidade; Diâmetro da câmera: 23mm; Lente grande angular com ângulo de abertura entre 100° a 140°; Capacidade de operação em uma faixa de diâmetros de tubulações de 40 mm a 250 mm; Nível de proteção IP68 ; Cabo de fibra de vidro com comprimento variando de 30 a 50 metros; Unidade de controle com monitor colorido para visualização em tempo real; Deverá acompanhar obrigatoriamente acessórios como centralizadores (skids) de diferentes tamanhos para proteção da lente e centralização da imagem em diversos diâmetros de tubo; Cartão de memória ou unidade USB para armazenamento de registros; Fonte de alimentação bivolt e bateria interna recarregável de longa duração; Maleta de transporte de alta resistência (tipo Pelican) para proteção contra impactos e umidade.	UNIDADE	1	R\$ 17.465,71	R\$ 17.465,71
5	Placa vibratória nas seguintes especificações mínimas: Tipo de Motor: 4 tempos; Combustível: gasolina; Capacidade do tanque de combustível: 3,6 litros; Capacidade do tanque de água: 12 litros; Capacidade de óleo: 0,6 litros; Potência:5,5 HP; Força centrífuga:13kN;	UNIDADE	1	R\$ 8.143,38	R\$ 8.143,38



	Frequência de vibração: 5.500VPM; Profundidade de compactação: 30cm. Rotação: Até 3,600 rpm. Dimensões da base (CxL): 530x500mm. Peso operacional: 82Kg.				
6	Bomba centrífuga monobloco horizontal multistágios nas seguintes especificações mínimas: Material: Ferro fundido/inox ou aço carbono ou alumínio; Motor: elétrico horizontal; Alimentação: Trifásica; Tensão: 220/380v (com 6 terminais de saída); Rotação: 3.450 rpm (Alta rotação com 2 pólos); Potência: 3,0 cv; Frequência: 60Hz; Classe de isolamento: F; Grau de Proteção: IP55; Tipo de partida: Própria para partida direta; Aplicações: sistemas de chafariz, fontes e recalque de água limpa Regime de trabalho contínuo (S1); Deverá atender a Norma Vigente.	UNIDADE	4	R\$ 3.551,38	R\$ 14.205,52
7	Motobomba autoescorvante nas seguintes especificações mínimas: Material do rotor e voluta: Ferro fundido; Sistema de partida: manual retrátil e elétrica; Combustível: Diesel; Diâmetro (Sucção/recalque): 3" x 3" (80mm); Potência: 6,7 Hp; Rotação: 3.600 rpm; Altura manométrica: 25 a 28 m.c.a; Sucção: 7 m; Vazão: 44m³; Capacidade do tanque: 3,0 litros; Bateria: 12v, inclusa. Óleo recomendado: 15W40.	UNIDADE	1	R\$ 5.360,63	R\$ 5.360,63





1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, de acordo com as diretrizes fixadas no Decreto Municipal nº. 29202, de 2023.

1.3 O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 76170240000104-0-000006 à 76170240000104-0-000029/2026;

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 24/04/2025

2.2.3. Id do item no PCA: 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301

2.2.4. Classe/Grupo: 1

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se melhor detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Sustentabilidade:**

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº. 29209, de 2023:

4.1.1.1. O objeto a ser fornecido deverá atender à descrição e especificações técnicas contidas no respectivo item/ou nas respectivas Normas emitida(s) pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Manual do Fabricante, Instruções Normativas, ou outros documentos, informado(s) pelo Contratante, conforme o caso.

4.1.1.2. As Normas (ABNT, NR's), manual ou Instruções informadas fazem parte integrante da descrição, as quais deverão ser observadas e executadas pelo Contratado, independente de transcrição no presente Termo.

### **4.2. Subcontratação**

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



### **4.3. Garantia, manutenção e assistência técnica**

4.3.1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.3.2. A garantia será imediatamente solicitada em caso de panes, defeitos de fabricação, vícios ocultos, falhas estruturais, fadiga prematura de componentes hidráulicos ou mecânicos e quaisquer anomalias que impeçam o pleno funcionamento do equipamento em sua capacidade máxima, abrangendo quaisquer das situações abaixo descritas:

4.3.2.1. Panes e Defeitos: Falhas elétricas, eletrônicas ou mecânicas repentinas;

4.3.2.2. Vícios Ocultos: Defeitos que não eram aparentes no ato da entrega, mas que surgem com o uso (ex: microfissuras no chassi ou falhas internas de vedação);

4.3.2.3. Erros de Montagem ou Projeto: Problemas de alinhamento, vazamentos em conexões hidráulicas ou superaquecimento por falha de dimensionamento;

4.3.2.4. Fadiga de Material: Quebra de componentes que deveriam ser duráveis antes do tempo de vida útil previsto;

4.3.2.5. Inconformidade com o Edital: Caso a máquina/equipamento não atinja a performance ou potência exigida neste Termo de Referência.

4.3.3. A Contratada deverá comprovar, no ato da entrega, a existência de assistência técnica autorizada num raio máximo de 350 km do Município para garantir o cumprimento do acordo de atendimento.

4.3.4. O custo referente ao transporte dos equipamentos encaminhados para cobertura da garantia será de responsabilidade do contratado.

4.3.5. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.3.5.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.3.5.2. Caso o equipamento apresente defeitos recorrentes (mais de 3 ocorrências do mesmo vício em 6 meses) ou o reparo não seja possível dentro do prazo de 30 dias, o fornecedor deverá realizar a substituição por um equipamento novo de igual ou superior especificação em até 10 (dez) dias úteis.

4.3.5.3. Sempre que o equipamento permanecer indisponível por mais de 5 (cinco) dias úteis para reparos em garantia, o período total de garantia será acrescido do tempo equivalente ao que a máquina ficou parada.



4.3.6. Considerando as especificidades dos objetos, somam-se as demais cláusulas as seguintes:

**a) Câmera para Inspeção de dutos, motobomba autoescorvante, motobomba centrífuga, compactador de solo por percussão e Placa Vibratória**

4.3.2.6. O prazo de garantia contratual dos bens deverá ser de no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo.

4.3.2.7. O laudo técnico e orçamento devem ser apresentados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a entrega do equipamento na assistência autorizada ou coleta pela Contratada.

4.3.2.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.3.2.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.3.2.10. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da retirada.

4.3.2.11. O fornecedor terá até 48 horas úteis para retirar o equipamento na sede da Secretaria de Obras ou indicar agência de correios/transportadora com logística reversa paga.

4.3.2.12. Os prazos indicados nos subitens anteriores, durante seu transcurso, poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

4.3.2.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.3.2.14. O custo referente ao transporte (ida e volta) dos equipamentos encaminhados por inconformidades cobertas pela garantia será de responsabilidade do contratado.

4.3.2.15. Contratada estará isenta da responsabilidade de reparo em garantia caso comprove, mediante laudo técnico fundamentado e instruído com fotos/vídeos, que o defeito ou avaria foi causado exclusivamente por mau uso, negligência ou operação em desacordo com as instruções fornecidas na Entrega Técnica e no Treinamento de Operação realizados no ato da entrega.

**b) Rolo Compactador e Destocador florestal Autopropelido**

4.3.3. Garantia legal de no mínimo, 24 (doze) meses ou 2.000 (mil) horas de operação (o que ocorrer primeiro), ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

4.3.4. A Contratada responsabilizar-se-á pelos custos das 2 (duas) primeiras revisões conforme orientação de prazo e/ou horímetro solicitados no manual do fabricante, arcando com os custos de peças, lubrificantes, filtros, materiais e mão de obra necessários.





4.3.5. O laudo técnico e orçamento devem ser apresentados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a entrada do veículo/máquina na assistência técnica ou após a visita técnica no local.

4.3.6. A assistência técnica deverá ser prestada no local para diagnóstico inicial. Caso seja necessário o deslocamento para oficina, os custos de frete (prancha) serão da Contratada.

4.3.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.3.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.3.9. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Condições de Entrega**

5.1.1. A entrega deverá ser totalmente "Livre de Ônus" com frete, descarregamento, montagem, capacitação e entrega técnica.

5.1.2. O prazo de entrega dos bens (Rolo compressor e destocar autopropelido) é de 60 dias, contados da assinatura do contrato (ou emissão da nota de empenho ou autorização de fornecimento), em remessa única.

5.1.3. O prazo de entrega dos bens (Motobomba autoescorvante, Sistema de Câmeras para inspeção de dutos, placa vibratória e compactador de solo por percussão) é de 30 dias, contados da assinatura do contrato (ou emissão da nota de empenho ou autorização de fornecimento), em remessa única.

5.1.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10(dez) dias uteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.5. A Contratada deverá garantir que os equipamentos entregues estejam devidamente prontos para o uso.

#### **5.1.6. Para o Rolo Compactador e Destocador Autopropelido**

5.1.6.1. Motor e Transmissão: Entrega com óleo de cárter e óleo de transmissão (caixa e diferenciais) nos níveis máximos recomendados pelo fabricante.



5.1.6.2. Sistema Hidráulico: Tanques de óleo hidráulico completamente abastecidos e sistemas sangrados (sem ar).

5.1.6.3. Arrefecimento: Sistema preenchido com líquido de arrefecimento (água + aditivo) na proporção técnica correta.

5.1.6.4. Lubrificação Graxa: Todos os pinos graxeiros, articulações do chassi e mancais devem estar devidamente engraxados.

5.1.6.5. Combustível: Entrega com tanque cheio de combustível para realização dos testes de entrega técnica.

**5.1.7. Para o Compactador de Solo por percussão e Placa Vibratória**

5.1.7.1. Câter: Preenchimento integral com óleo lubrificante específico para motores 4 tempos (ou conforme manual).

5.1.7.2. Sistema de Percussão: o sistema de lubrificação da bota (pé de carneiro) deve estar em nível pleno.

5.1.7.3. Filtro de Ar: O elemento filtrante deve estar devidamente banhado em óleo (se o modelo assim exigir) e livre de poeira de estoque.

**5.1.8. Para a Motobomba Autoescorvante e motobombas centrífugas**

5.1.8.1. Motor: Óleo de câter abastecido.

5.1.8.2. Vedação: O selo mecânico e a carcaça da bomba devem ser entregues inspecionados para evitar vazamentos no primeiro acionamento.

**5.1.9. Para o Sistema de Câmeras de Inspeção de Dutos**

5.1.9.1. Energia: O equipamento deve ser entregue com a bateria interna com 100% de carga.

5.1.9.2. Proteção: Lentes e cabos devem estar limpos e com película protetora de fábrica ou estojo de proteção original.

5.1.10. Todos os objetos deverão vir acompanhados dos manuais em português e, se aplicável, o licenciamento/registro em órgãos reguladores (ex: ANVISA, INMETRO).

**5.1.11. Da exigência de prospectos**

5.1.11.1. Será exigido prospecto para todos os itens deste Termo de Referência;

5.1.11.2. Mediante solicitação da Pregoeira, deverá ser enviado prospecto / ficha técnica do fabricante para todos os itens, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" no prazo máximo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta;

5.1.11.3. Somente mediante autorização da Pregoeira e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail:



[pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br](mailto:pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br) sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

5.1.11.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

5.1.11.5. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade;

5.1.11.6. OS prospectos deverão ser do fabricante do produto, devendo constar marca, e as características das especificações, escrito em língua portuguesa;

5.1.11.7. Não serão aceitos prospectos montados, exceto para os itens onde há fabricação própria da empresa participante;

5.1.11.8. Os prospectos apresentados serão avaliados por uma equipe de servidores, definida pela Secretaria requisitante, para juntamente com o(a) Pregoeiro(a) realizar a verificação das especificações, após a habilitação conferindo se atendem ao que foi solicitado em edital;

5.1.11.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;

5.1.11.10. Se o(s) prospecto(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado;

5.1.11.11. Seguir-se-á com a verificação do(s) prospecto(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência;

5.1.11.12. OS interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;

5.1.12. Todos os produtos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, situada na Rua Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto 341, Bairro Macopa, Telêmaco Borba-PR. CEP: 84.261-320.

5.1.13. A entrega do Rolo compressor deverá acontecer mediante agendamento com a Divisão de Pavimentação e Máquinas com o servidor Felipe Loyola, e-mail: [luciana.lemos@telemacoborba.pr.gov.br](mailto:luciana.lemos@telemacoborba.pr.gov.br) – (42) 84167622.

5.1.14. Horário de recebimento de segunda-feira a sexta-feira – das 08h00min às 11h00min 13h00min às 17h00min, com agendamento por escrito via E-mail e comunicação prévia via Telefone e WhatsApp com representante do setor requisitante.

## **5.2. Entrega técnica**

5.2.1. Todos os compartimentos (motor, transmissão, hidráulico, cárter de vibração e radiador) devem estar nos níveis máximos recomendados pelo fabricante.





5.2.2. Para o Boroscópio, deve ser apresentado certificado de calibração de fábrica ou de laboratório acreditado, com validade mínima de 12 meses.

5.2.3. Critérios específicos por equipamento

**5.2.3.1. Compactadores (Rolo, Placa e Sapo)**

5.2.3.1.1. Teste de Carga: Realização de teste funcional de vibração em solo compactável para aferição da frequência nominal (vpm/Hz) descrita no catálogo.

5.2.3.1.2. Amortecimento: Inspeção técnica obrigatória dos coxins isoladores; qualquer sinal de ressecamento ou fissura resultará na recusa do equipamento.

**5.2.3.2. Destocador Florestal**

5.2.3.2.1. Simulação de Corte: Execução de um ciclo de corte em material lenhoso para validar a estabilidade do equipamento e a eficiência dos dentes.

5.2.3.2.2. Verificação obrigatória da integridade das proteções de projeção de detritos (cortinas de aço ou policarbonato).

**5.2.3.3. Motobomba Autoescorvante e motobomba centrífuga**

5.2.3.3.1. Teste de Estanqueidade: Teste de sucção com mangote conectado para garantir que não existam entradas de ar que impeçam a escorva.

5.2.3.3.2. Passagem de Sólidos: Comprovação técnica de que o rotor e o corpo da bomba atendem à granulometria especificada para "água suja".

**5.2.3.4. Sistema de Inspeção de dutos - Boroscópio**

5.2.3.4.1. Teste de Articulação: Demonstração do movimento total da ponta da sonda (se articulada) sem resistência ou travamentos.

5.2.3.4.2. Conectividade: Teste de exportação de arquivos para garantir a compatibilidade com os sistemas de TI da contratante.

**5.2.3.5. Treinamento Operacional (Obrigatório)**

5.2.3.5.1. O fornecedor deverá ministrar treinamento técnico para 4 operadores, com carga horária mínima de 5 horas, conforme normas NR12, com entrega de certificado para os participantes, abrangendo:

5.2.3.5.1.1. Procedimentos de pré-operação.

5.2.3.5.1.2. Zonas de risco, uso de EPIs específicos e limites de inclinação/operação.

5.2.3.5.1.3. Pontos de lubrificação, limpeza de filtros e intervalos de troca de óleo.

5.2.3.5.1.4. Identificação de falhas através de painéis ou sinais mecânicos.

5.2.3.5.1.5. Documentação Técnica Relacionada

5.2.3.5.1.6. A aceitação definitiva está condicionada à entrega de:

- Manual do Proprietário: Em português (Brasil), físico ou digital.
- Catálogo de Peças: Para facilitar futuras manutenções.
- Certificado de Garantia: Detalhando prazos para motor, estrutura e componentes hidráulicos.
- Lista de Assistência Técnica: Relação de oficinas autorizadas em um raio de 350 km do local de operação.



#### **5.2.3.6. Critérios de Rejeição**

- 5.2.3.6.1. Equipamentos que apresentem vazamentos de qualquer natureza (óleo, combustível ou líquido de arrefecimento).
- 5.2.3.6.2. Sinais de oxidação, pintura descascada ou evidências de uso prévio (caso a licitação seja para itens novos).
- 5.2.3.6.3. Divergência entre a potência/capacidade.

#### **5.3. Obrigações da contratada**

- 5.2.1. A Contratada deverá garantir a correção de qualquer defeito resultante de projeto, materiais ou execução, bem como a substituição de partes e peças que apresentem desgaste prematuro, sem qualquer ônus para a Administração Municipal, incluindo deslocamento de técnicos e fretes de equipamentos;
- 5.2.2. Capacitar os servidores que irão operar os equipamentos, com entrega de certificados.
- 5.2.3. Possuir oficina autorizada pelo fabricante para revisões em garantia;
- 5.2.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento porventura efetuado pelo contratante;
- 5.2.5. É de responsabilidade da contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;
- 5.2.6. Os descarregamentos dos produtos são de inteira responsabilidade da contratada, que deverão dispor de pessoal para o descarregamento, arcando com todos os custos na contratação de pessoal para auxiliar no processo.
- 5.2.7. Não haverá recebimento de produtos fora do horário estabelecido;
- 5.2.8. Atender prontamente as solicitações da contratante;
- 5.2.9. Assumir todos os encargos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação;
- 5.2.10. Entregar o objeto no prazo estabelecido no termo de referência;
- 5.2.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **5.3. Obrigações da contratante:**

- 5.3.1** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.
- 5.3.2** Efetuar o pagamento após o recebimento da nota fiscal e relatório de atividades.



**5.3.3** Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

**5.3.4** Comunicar à contratada o não-recebimento do serviço, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência ou na proposta apresentada.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** A Gestão da contratação será realizada em conformidade com o previsto no art. 117, da Lei nº. 14.133/21 e no art. 8º, do Decreto Municipal nº. 29.203/2023 e documentos complementares, sendo exercido pelo servidor Luiz Santos Camargo, Matrícula nº 22382, denominado GESTOR;

**6.4.** A fiscalização da contratação será realizada em conformidade com o previsto no art. 117, da Lei nº. 14.133/21 e no art. 8º, do Decreto Municipal nº. 29.203/2023 e documentos complementares, sendo exercida pelo servidor Paulo Cesar da Silva, Matrícula nº 7511, denominado FISCAL;

**6.5.** As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.6.** O fiscal de contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.7.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decretos Municipais nº. 29203 e 29216, ambos de 2023).

**6.8.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato e neste termo de referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração municipal.





**6.9.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme previsto no § 1º, do art. 117, da Lei nº. 14.133, de 2021.

**6.10.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção.

**6.11.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.12.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.13.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a previsão de término da vigência do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva, à prorrogação contratual ou a realização de nova licitação, conforme o caso.

**6.14.** O fiscal administrativo do contrato, quando designado, ou o gestor do contrato, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.15.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato, se designado, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.16.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, nota de empenho ou contrato, conforme o caso, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração municipal.

**6.17.** O fiscal administrativo, se designado, ou o gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.



**6.18.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.19.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando for o caso, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.20.** O gestor do contrato tomará providências para solicitar autorização para a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023.

**6.21.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Recebimento do Objeto**

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, no prazo de até 10 (dez) dias pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Posteriormente ao recebimento provisório pela fiscalização do contrato, a Comissão Especial de Recebimento de Veículos e Máquinas deste Município fará à análise de conformidade(s) do(s) item(ns) com as especificações presente no termo de referência, após constatar total cumprimento de todas as exigências fará a entrega do Termo de Recebimento de Veículos ao fiscal do mesmo.

7.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo esses desacordos serem corrigidos no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da notificação enviada à contratada, às suas custas, sem prejuízo nem aplicação das penalidades.

7.1.4. Caso ocorra o apresentado na clausula acima, será reiniciado o prazo para recebimento provisório do objeto do certame, partir da data da regularização do mesmo.



7.1.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato, mediante termo detalhado elaborado com fundamento no relatório do fiscal, que ateste o cumprimento das obrigações contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.2. Liquidação**

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 7 (sete) dias úteis para fins de liquidação.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3. A data da emissão;

7.2.4. Os dados do empreendimento e do órgão contratante;

7.2.5. O período respectivo de execução;

7.2.6. O valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

## **7.3. Prazo de pagamento**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,





mediante aplicação do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (INPC) de correção monetária.

#### 7.4. Forma de pagamento

7.4.1. Para o pagamento a contratada deverá possuir conta corrente jurídica (em nome da empresa), com os mesmos dados da ata/contrato;

7.4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 657.495,91 (Seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e um centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

### 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. O pagamento das despesas decorrentes de contratação oriunda da presente licitação correrá, mediante a emissão de Nota de Empenho, a conta de recursos consignados nas dotações orçamentárias:

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
2026	199	8	001	1036	3.44.9052.000	000
2026	1188	8	001	1036	3.44.9052.000	10520

Telêmaco Borba, 16 de março de 2026

ÁREA REQUISITANTE:

Nome Servidor: Luciana Ramos Lemos

Matrícula nº: 9718



**Cargo/função:** Agente Administrativo

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

De acordo com o Termo de Referência elaborado pela área requisitante e/ou técnica.

**Nome da autoridade:** Paulo Rogerio Gomes

**Cargo/função:** Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

**Assinatura:** \_\_\_\_\_





## APÊNDICE DO ANEXO I

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### INTRODUÇÃO

Este documento consiste em Estudo Técnico Preliminar – ETP, da etapa de planejamento da contratação, que servirá para avaliar a viabilidade de aquisição de bens e embasar o termo de referência, conforme disposto na Lei nº. 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº. 29201, de 2023.

Este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivos:

- a) Identificar a necessidade da área demandante;
- b) Comparar soluções disponíveis no mercado (vantagens e desvantagens);
- c) Atestar a viabilidade e exequibilidade técnica, econômica, financeira e ambiental da pretensão contratual;
- d) Preparar informações para a elaboração do termo de referência.

A seguir o cumprimento dos requisitos mínimos necessários para este ETP, nos termos do Decreto Municipal nº 29201, de 2023.

#### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente aquisição tem por finalidade atender à demanda do Município de Telêmaco Borba, visto que é necessária a ampliação e renovação da frota de maquinários, equipamentos e ferramentas destinados à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

1.2. A aquisição dos itens permitirá a execução de frentes de trabalho com maior agilidade, garantindo que a manutenção de vias e a preparação de terrenos sejam realizadas com o padrão técnico e a segurança necessários. A definição de cada equipamento justifica-se pela necessidade de:

1.2.1. Rolo compactador, compactador de percussão e placa vibratória: compor a patrulha mecanizada essencial para a execução direta de pavimentação e operações tapa-buraco, garantindo a compactação técnica necessária para a durabilidade do pavimento.

1.3. Destocador florestal: Suprir a demanda represada de limpeza de terrenos públicos e remoção de obstáculos em vias onde houve supressão arbórea, permitindo a regularização do solo para novas calçadas ou alargamento de pistas. A aquisição do destocador autopropelido fundamenta-se nas diretrizes do Plano de Arborização Urbana do Município, que estabelece ações sistemáticas de manejo, substituição e remoção de espécimes em praças e vias públicas. Com uma demanda anual estimada em 200 destocas, o equipamento





é indispensável para viabilizar o ciclo completo de manejo, garantindo a regularização imediata do solo para novos plantios ou reparos em calçadas após a supressão arbórea.

1.3.1. Sistema de Inspeção de dutos – Boroscópio: a implementação do sistema de inspeção de dutos introduz uma camada de inteligência diagnóstica à gestão municipal; a visualização e monitoramento interno dos 274 km de galerias gera uma medida de economia preventiva, o município transitará de uma manutenção puramente reativa para uma estratégia preventiva, permitindo a identificação visual de obstruções, fissuras, infiltrações ou ligações clandestinas antes da execução de novas pavimentações, otimizando os recursos públicos ao evitar escavações desnecessárias e garantindo a integridade estrutural das vias após as intervenções da patrulha mecanizada.

1.3.2. Motobomba autoescorvante para água suja: equipamento indispensável para o esgotamento rápido de valas, bueiros e áreas inundadas durante intervenções em redes de drenagem. Esta aquisição assegura que as frentes de trabalho da patrulha mecanizada não sejam paralisadas por acúmulos de águas pluviais ou infiltrações severas, permitindo o esvaziamento imediato do local de intervenção e garantindo a segurança dos operários e a celeridade na recuperação das vias públicas

1.3.3. Motobombas centrífugas: assegurar a plena operacionalidade, preservação e revitalização de chafarizes e espelhos d'água em praças e parques. A utilização de equipamentos de alta eficiência técnica é indispensável para garantir a circulação e oxigenação contínua da água, prevenindo a estagnação que resulta na proliferação de vetores de doenças e na deterioração estética dos monumentos. Além disso, as novas motobombas permitirão um sistema de filtragem e recirculação mais econômico, reduzindo o desperdício de recursos hídricos e garantindo que esses espaços de lazer cumpram sua função social e ambiental com baixo custo de manutenção a longo prazo.

1.4. Estas aquisições alinham-se com a necessidade estratégica do município de fortalecer a infraestrutura urbana e rural, visando aumentar a capacidade operacional na execução de pavimentações, reparos asfálticos e limpeza de áreas públicas. O objetivo é oferecer serviços que atendam e superem as expectativas da população, com foco na eficiência operacional, eficácia nos cronogramas e efetividade dos resultados.

1.5. Portanto, a descrição desta necessidade evidencia que a aquisição pretendida não se limita apenas à compra de bens, mas constitui um investimento estratégico para a autonomia da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

1.6. Ao suprir a carência de equipamentos de inspeção, sucção, compactação e extração de resíduos vegetais, o Município elimina gargalos operacionais, reduz a dependência de serviços terceirizados e garante a capacidade de resposta imediata às demandas de infraestrutura.

1.7. Diante da escassez regional de prestadores para este porte de demanda e da complexidade logística da terceirização, a execução direta assegura a autonomia da Secretaria de Obras, convertendo gastos variáveis em eficiência operacional e segurança para os pedestres.



1.8. Conclui-se, assim, que a aquisição dos equipamentos é indispensável para assegurar a continuidade e a qualidade das intervenções viárias, promovendo a segurança dos usuários, a valorização do espaço urbano e a otimização dos recursos públicos através de uma execução direta mais ágil e eficiente.

## 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

7.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

7.2.1. ID PCA no PNCP: 76170240000104-0-000006 à 76170240000104-0-000029/2026;

7.2.2. Data de publicação no PNCP: 24/04/2025

7.2.3. Id do item no PCA: 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301

7.2.4. Classe/Grupo: 1

## 3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. O levantamento de mercado foi realizado em observância aos princípios da economicidade, eficiência, motivação, planejamento, proporcionalidade, razoabilidade e vantajosidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como aos parâmetros de governança pública e controle externo exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

3.2. A análise não se restringiu à comparação meramente econômica de valores, mas considerou critérios técnicos e metodológicos, entre a aquisição e a terceirização dos serviços, conforme mostra a tabela abaixo:

Item	Recomendação	Justificativa para Aquisição (Vantajosidade)
Rolo Compactador (Até 1300mm)	Aquisição	Uso contínuo e preventivo. A dependência de terceiros para tapa-buracos gera atrasos que agravam os danos nas vias, elevando o custo final da recuperação asfáltica.
Compactador de Percussão (Sapo)	Aquisição	Equipamento de intervenção imediata. O custo de mobilização de uma empresa terceirizada para pequenos



		reparos excede o valor da diária operacional do equipamento próprio.
<b>Motobomba</b>	<b>Aquisição</b>	Item de segurança civil e contingência. A terceirização não garante o tempo de resposta (SLA) necessário para eventos críticos de inundação ou vazamentos graves.
<b>Boroscópio (Inspeção de Dutos)</b>	<b>Aquisição</b>	Ferramenta diagnóstica. Ter o equipamento permite a fiscalização constante e preventiva das redes, evitando a contratação de obras de escavação de alto custo por erro de diagnóstico.
<b>Placa Vibratória</b>	<b>Aquisição</b>	"Equipamento de combate". A alta rotatividade de uso em calçadas e valas torna a gestão de contratos de terceirização administrativamente mais cara que a manutenção da frota própria.
<b>Destocador Autopropelido</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Inexistência de prestadores especializados na região.</b> A terceirização torna-se inviável devido ao alto custo de mobilização (frete) para serviços pontuais. A posse do equipamento garante a acessibilidade das calçadas e a eliminação de riscos de quedas de pedestres sem depender de disponibilidade de mercado.

### 3.3. DA MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### a) Rolo Compactador Vibratório Tandem (2,5 t a 5 t)

3.3.1. Para os cálculos abaixo apresentado forem utilizados a Tabela Nacional de Preços Na SINAPI, este equipamento é classificado pelo impacto e peso. O código abaixo refere-se ao modelo de aproximadamente 4 toneladas, ideal para tapa-buraco. Código SINAPI 91390 (Custo Fixo): R\$ 20,45 / hora (Refere-se à depreciação e juros do capital investido).





3.3.1.1. Código SINAPI 91391 (Custo Variável): R\$ 68,12 / hora (Refere-se a combustível, lubrificantes e manutenção).

3.3.1.2. Mão de Obra (Operador): R\$ 32,50 / hora (Média SINAPI para operador de máquinas leves).

3.3.1.3. Custo Horário Total (Execução Direta): R\$ 121,07 / hora.

3.3.1.4. Custo Médio Locação (Mercado): R\$ 215,00/h, conforme Banco de preços

3.3.1.5. Investimento Estimado: R\$ 315.000,00

3.3.1.6. Economia Gerada por Hora (Execução Direta vs. Locação): \* Custo Médio Locação (Mercado): R\$ 216,00/h

3.3.1.7. Custo Operacional (SINAPI 91390/91391): R\$ 121,07/h

3.3.1.8. Economia Real por Hora: R\$ 94,93

3.3.1.9. Uso Estimado: 120 dias/ano (8h/dia = 960 horas/ano)

3.3.1.10. Economia Anual Acumulada: R\$ 91.132,80

3.3.1.11. Ponto de Equilíbrio:  $315.000,00 / 91.132,80 = 3,4$  anos.

#### **b) Destocador Autopropelido**

3.3.2. A SINAPI não possui um código específico com o nome "Destocador". Para estes casos, a regra técnica é utilizar a composição por afinidade ou equipamento similar. (Nesta situação foi utilizado Trator de Rodas com Implemento ou Triturador Florestal).

3.3.2.1. Referência (Trator c/ Implemento de Trituração): O custo horário gira em torno de R\$ 140,00 a R\$ 190,00.

3.3.2.2. Comparativo de Mercado: Enquanto o custo SINAPI operacional é baixo, as empresas de Telêmaco Borba cobram por unidade (toco) ou por diária de mobilização.

3.3.2.3. Preço de Mercado (Terceiro): R\$ 600,00 a R\$ 900,00 por destoca, conforme pesquisa realizada no Banco de preços.

3.3.2.4. Preço SINAPI (Execução Direta): Estimado em R\$ 85,00 por destoca (considerando 30 a 40 minutos de operação).

3.3.2.5. Investimento Estimado: R\$ 337.805,00

3.3.2.6. Economia Gerada por Unidade (Execução Direta vs. Terceirização):

3.3.2.7. Custo Terceirizado (Média p/ toco): R\$ 800,00, conforme valores encontrados no Banco de Preços.

3.3.2.8. Custo Operação Direta (SINAPI 91458/91459 + Op.): R\$ 129,05/h

3.3.2.9. Considerando que a máquina realiza 1,5 destocas/hora: Custo p/ toco = R\$ 86,03

3.3.2.10. Economia Real por Toco: R\$ 713,97

3.3.2.11. Demanda Estimada (Plano de Arborização): 200 destocas/ano



3.3.2.12. Economia Anual Acumulada: R\$ 142.794,00

3.3.2.13. Ponto de Equilíbrio:  $337.805,00 / 142.794,00 = 2,3$  anos.

3.4. Com um retorno sobre o investimento estimado entre 3 e 4 anos — período significativamente inferior à vida útil projetada dos equipamentos (10 a 15 anos) —, o Município de Telêmaco Borba converte o que seriam despesas correntes de terceirização, muitas vezes inflacionadas pela baixa oferta regional, em investimento patrimonial perene.

3.5. Ao atingir o ponto de equilíbrio, a Administração passa a executar serviços essenciais a custo marginal, eliminando margens de lucro de terceiros e taxas onerosas de mobilização.

3.6. A titularidade da frota não apenas assegura a autonomia operacional diante das flutuações do ecossistema industrial privado, mas também materializa o princípio da eficiência, garantindo que cada real investido resulte em um benefício social e infraestrutural ampliado ao longo de todo o ciclo de vida dos ativos, cumpre registrar que o mercado de prestação de serviços especializados em Telêmaco Borba e região apresenta uma sensibilidade extrema e contornos atípicos.

3.7. O ecossistema de serviços regional está estruturado para atender, de forma quase exclusiva, às demandas de grande escala do complexo industrial florestal, essa concentração de mercado gera um desinteresse comercial das empresas em atender ordens de serviço pulverizadas do poder público, resultando em licitações desertas ou propostas com custos de mobilização (BDI e frete) inflacionados, onde o valor do deslocamento supera o valor técnico da execução.

3.8. Quanto aos itens que não apresentam memória de cálculo baseada em indicadores de produtividade horária, a opção pela aquisição fundamenta-se na imprescindibilidade de disponibilidade imediata para o atendimento de urgências e emergências que afetam a infraestrutura municipal. Especificamente quanto às motobombas, a solução é vital para a manutenção e operação contínua de quatro chafarizes da cidade, além de servirem como suporte crítico em eventos de inundação ou saturação do solo.

3.9. A execução via terceirização torna-se inviável, uma vez que o tempo de resposta e a mobilização de prestadores externos não garantem a prontidão necessária para serviços de natureza intermitente e essencial. Dessa forma, a titularidade desses bens garante a soberania operacional da Secretaria, convertendo o investimento em uma garantia de que o serviço público não será interrompido por falta de equipamentos acessórios, assegurando a eficiência administrativa e o zelo pelo patrimônio urbano.

3.10. A aquisição própria configura-se como a única solução técnica capaz de assegurar a autonomia operacional e a continuidade do serviço público. ao deter a titularidade da frota, a administração pública desvincula-se das oscilações do ecossistema privado, garantindo que



o cidadão não aguarde meses por serviços essenciais, como a remoção de obstáculos em vias (destoca), correção de pavimentação ou desobstrução de galerias.

3.11. Depender de terceiros para itens críticos — como rolo compactador, destocador e motobomba — fere o princípio da eficiência, visto que o atraso em intervenções emergenciais ou cronogramas de zeladoria gera um prejuízo social e infraestrutural superior ao custo de aquisição do maquinário.

3.12. Sob a ótica do planejamento estratégico e das diretrizes do TCE-PR, a conversão de despesas correntes de terceirização em investimento de capital (bens permanentes) assegura a economicidade ao longo do ciclo de vida do objeto.

3.13. A aquisição apresenta custo-benefício superior a longo prazo devido ao alto índice de utilização dos equipamentos na manutenção contínua das áreas urbanas e rurais. Ademais, a posse dos bens elimina gargalos administrativos e financeiros de sucessivas licitações de serviço, protegendo o erário contra flutuações de preços e garantindo a preservação do patrimônio público por meio de equipamentos novos e de alta performance.

3.14. A estratégia de padronização da frota e a escolha do Pregão Eletrônico como rito de contratação visam ampliar a competitividade e garantir a transparência. Para a composição dos custos, utilizou-se uma cesta de indicadores, incluindo contratações similares, bancos de preços públicos e cotações diretas com fabricantes, conforme apresentado no mapa de preços em anexo, assegurando que o investimento reflita os valores de mercado e atenda às metas de modernização da infraestrutura municipal.

#### **4. DESCRIÇÃO DO OBJETO/SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. Aquisição de equipamentos por meio de Pregão Eletrônico, para atender às demandas de manutenção e expansão da infraestrutura urbana e rural do Município de Telêmaco Borba, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

4.2. A escolha do modelo de aquisição visa o fortalecimento do patrimônio público, garantindo a disponibilidade imediata dos itens para intervenções de engenharia e zeladoria municipal, otimizando o custo operacional em comparação com locações de longo prazo.

4.3. Trata-se de objeto de natureza comum, que será adquirido via pregão, conforme definido no Art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021. Após ampla pesquisa realizada no mercado, constatou-se que as especificações e características das diversas marcas e modelos são homogêneas e comportam padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, justificando-se a adoção do Pregão, no formato Eletrônico.

4.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, segundo os parâmetros definidos no Decreto nº. 29202, de 2023, uma vez que as especificações técnicas





solicitadas visam estritamente à robustez, durabilidade e eficiência operacional necessárias para o serviço pesado, sem itens de mera ostentação ou desnecessários à finalidade pública.

## 5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

5.1. As quantidades solicitadas estão ajustadas às necessidades atuais das frentes de trabalho e da disponibilidade orçamentária da Secretaria de Obras.

Quant	Un	Cód. IPM	DESCRIÇÃO
1	unid	44903	<p>Câmera para inspeção de dutos com as seguintes especificações mínimas:</p> <p>Sistema de iluminação composto por 12 LEDs brancos com ajuste de intensidade;</p> <p>Diâmetro da câmera: 23mm;</p> <p>Lente grande angular com ângulo de abertura entre 100° a 140°;</p> <p>Capacidade de operação em uma faixa de diâmetros de tubulações de 40 mm a 250 mm;</p> <p>Nível de proteção IP68 ;</p> <p>Cabo de fibra de vidro com comprimento variando de 30 a 50 metros;</p> <p>Unidade de controle com monitor colorido para visualização em tempo real;</p> <p>Deverá acompanhar obrigatoriamente acessórios como centralizadores (skids) de diferentes tamanhos para proteção da lente e centralização da imagem em diversos diâmetros de tubo;</p> <p>Cartão de memória ou unidade USB para armazenamento de registros;</p> <p>Fonte de alimentação bivolt e bateria interna recarregável de longa duração;</p> <p>Maleta de transporte de alta resistência (tipo Pelican) para proteção contra impactos e umidade.</p>
1	unid	44904	<p>Motobomba autoescorvante nas seguintes especificações mínimas:</p> <p>Material do rotor e voluta: Ferro fundido;</p> <p>Sistema de partida: manual retrátil e elétrica;</p> <p>Combustível: Diesel ;</p> <p>Diâmetro (Sucção/recalque): 3" x 3" (80mm);</p> <p>Potência: 6,7 Hp;</p> <p>Rotação: 3.600 rpm;</p> <p>Altura manométrica: 25 a 28 m.c.a;</p> <p>Sucção: 7 m;</p> <p>Vazão: 44m³;</p> <p>Capacidade do tanque: 3,0 litros;</p> <p>Bateria: 12v, inclusa.</p> <p>Óleo recomendado: 15W40</p>
1	unid	44917	<p>Placa vibratória nas seguintes especificações mínimas:</p> <p>Tipo de Motor: 4 tempos;</p> <p>Combustível: gasolina;</p> <p>Capacidade do tanque de combustível: 3,6 litros;</p> <p>Capacidade do tanque de água: 12 litros;</p> <p>Capacidade de óleo: 0,6 litros;</p> <p>Potência: 5,5 HP;</p> <p>Força centrífuga: 13kN;</p> <p>Frequência de vibração: 5.500VPM;</p> <p>Profundidade de compactação: 30cm.</p> <p>Rotação: Até 3,600 rpm.</p> <p>Dimensões da base (CxL): 530x500mm.</p> <p>Peso operacional: 82Kg</p>



1	unid	44918	Compactador de solo a percussão nas seguintes especificações mínimas: Motor:4 tempos Combustível:gasolina; Capacidade do tanque de combustível: 2 litros; Potência:3,6HP; Força de impacto:13kN; Golpes por minuto:640-680bpm; Amplitude do salto:50 - 75mm; Tamanho da sapata:280 x 300mm; Peso:70Kg.
1	unid	44905	Rolo compactador vibratório nas seguintes especificações mínimas: Equipamento zero hora de funcionamento; Ano de Fabricação/ano Modelo: igual ou posterior à data de abertura do edital; Peso operacional c/ROPS: 2.500 kg; Largura do Tambor: 1.000mm; Motor diesel; Tanque de combustível: 35 litros; Capacidade de água: 200 litros; Motor com potência de 24,4 HP (18.4 kW); Força centrífuga: 23kN; Frequência de vibração: 60 Hz; Rolo de vibração: á frente + atrás; Sistema de direção: hidrostática; Sistema de direção: articulada oscilante ou hidrostática; Sistema de água: pressurizado; Sistema elétrico: 12 volts. Luzes de trabalho à frente e atrás; Alarme de marcha ré; Nível de água; Assento ajustável; Rops; Cinto de segurança; Giroflex; Horímetro; O rolo compactador deverá conter todos os equipamentos exigidos pela legislação vigente que porventura não tenham sido citados nas especificações acima. Garantia de 24 (vinte e quatro) meses, e todas as REVISÕES de manutenção preventiva, logística e insumos às expensas da proponente durante o período de garantia ou 2.000 horas. Entrega com tanque cheio. Conforme Termo de Referência.
1	unid	44906	Destocador de tocos autopropelido nas seguintes especificações mínimas: Motor: ciclo Otto ou diesel; Combustível: a gasolina ou diesel; Potência:26 HP; Sistema de arrefecimento:ar ou líquido; Tipo de tração: rodas; Autopropelido com pneus de alta tração; Largura da máquina: 80 cm; Disco de corte: diâmetro de 450mm; Sistema de dentes: tungstênio substituíveis e rotativos (12 dentes); Capacidade de varredura: 115cm; Corte abaixo do solo: 30cm; Deve ser motorizado ou hidráulico;



			Tanque de combustível ou injeção eletrônica; Peso aproximado: 553Kg.
4	Unid	44968	Conjunto Motobomba Centrífuga Monobloco Potência: 3,0 CV (2,2 kW) Rotação: Alta Rotação (2 polos) – Mínimo 3.450 / Máximo 3.500 RPM Alimentação: Trifásica Tensão: 220/380V (com 06 terminais de saída) Frequência: 60 Hz Grau de Proteção: IP55 (Mínimo) Classe de Isolação: F Tipo de Partida: Própria para Partida Direta Aplicações: Sistemas de chafariz, fontes e recalque de água limpa. Características Adicionais: Corpo em ferro fundido/inox, selo mecânico em Buna-N, compatível com regime de trabalho contínuo (S1).

5.2. A aquisição nas quantidades definidas se mostra proporcional à capacidade de operação e manutenção das equipes atuais da Secretaria, garantindo que o investimento tenha utilização imediata e contínua sem ociosidade do patrimônio.

5.3. O cronograma de entrega, bem como os locais de recebimento e os prazos de garantia técnica, serão detalhados no Termo de Referência, visando a integração imediata dos bens à frota municipal.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor estimado para aquisição do objeto é de R\$ 657.495,91 (Seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e um centavos), conforme composição do mapa de preço elaborado para esta contratação.

Quant	Un	DESCRIÇÃO	Preço unitário	R\$ total
1	unid	Câmera para inspeção de dutos com as seguintes especificações mínimas: Sistema de iluminação composto por 12 LEDs brancos com ajuste de intensidade; Diâmetro da câmera: 23mm; Lente grande angular com ângulo de abertura entre 100° a 140°; Capacidade de operação em uma faixa de diâmetros de tubulações de 40 mm a 250 mm; Nível de proteção IP68 ; Cabo de fibra de vidro com comprimento variando de 30 a 50 metros; Unidade de controle com monitor colorido para visualização em tempo real; Deverá acompanhar obrigatoriamente acessórios como centralizadores (skids) de diferentes tamanhos para	R\$17.465,71	R\$16.172,00





		proteção da lente e centralização da imagem em diversos diâmetros de tubo; Cartão de memória ou unidade USB para armazenamento de registros; Fonte de alimentação bivolt e bateria interna recarregável de longa duração; Maleta de transporte de alta resistência (tipo Pelican) para proteção contra impactos e umidade.		
1	unid	Motobomba autoescorvante nas seguintes especificações mínimas: Material do rotor e voluta: Ferro fundido; Sistema de partida: manual retrátil e elétrica; Combustível: Diesel ; Diâmetro (Sucção/recalque): 3" x 3" (80mm); Potência: 6,7 Hp; Rotação: 3.600 rpm; Altura manométrica: 25 a 28 m.c.a; Sucção: 7 m; Vazão: 44m³; Capacidade do tanque: 3,0 litros; Bateria: 12v, inclusa. Óleo recomendado: 15W40	R\$5.360,63	R\$5.075,79
1	unid	Placa vibratória nas seguintes especificações mínimas: Tipo de Motor: 4 tempos; Combustível: gasolina; Capacidade do tanque de combustível: 3,6 litros; Capacidade do tanque de água: 12 litros; Capacidade de óleo: 0,6 litros; Potência: 5,5 HP; Força centrífuga: 13kN; Frequência de vibração: 5.500VPM; Profundidade de compactação: 30cm. Rotação: Até 3,600 rpm. Dimensões da base(CxL): 530x500mm. Peso operacional: 82Kg	R\$8.143,38	R\$8.292,05
1	unid	Compactador de solo a percussão nas seguintes especificações mínimas: Motor: 4 tempos	R\$12.510,41	R\$12.778,82



		Combustível: gasolina; Capacidade do tanque de combustível: 2 litros; Potência: 3,6HP; Força de impacto: 13kN; Golpes por minuto: 640-680bpm; Amplitude do salto: 50 - 75mm; Tamanho da sapata: 280 x 300mm; Peso: 70Kg.		
1	unid	Rolo compactador vibratório nas seguintes especificações mínimas: Equipamento zero hora de funcionamento; Ano de Fabricação/ano Modelo: igual ou posterior à data de abertura do edital; Peso operacional c/ROPS: 2.500 kg; Largura do Tambor: 1.000mm; Motor diesel; Tanque de combustível: 35 litros; Capacidade de água: 200 litros; Motor com potência de 24,4 HP (18.4 kW); Força centrífuga: 23kN; Frequência de vibração: 60 Hz; Rolo de vibração: à frente + atrás; Sistema de direção: hidrostática; Sistema de direção: articulada oscilante ou hidrostática; Sistema de água: pressurizado; Sistema elétrico: 12 volts. Luzes de trabalho à frente e atrás; Alarme de marcha ré; Nível de água; Assento ajustável; Rops; Cinto de segurança; Giroflex; Horímetro; O rolo compactador deverá conter todos os equipamentos exigidos pela legislação vigente que porventura não tenham sido citados nas especificações acima. Garantia de 24 (vinte e quatro) meses, e todas as REVISÕES de manutenção preventiva, logística e insumos às despesas da proponente durante o	R\$286.810,26	R\$317.017,10



		período de garantia ou 2.000 horas. Entrega com tanque cheio. Conforme Termo de Referência.		
1	unid	Destocador de tocos autopropelido nas seguintes especificações mínimas: Motor: ciclo Otto ou diesel; Combustível: a gasolina ou diesel; Potência: 26 HP; Sistema de arrefecimento: ar ou líquido; Tipo de tração: rodas; Autopropelido com pneus de alta tração; Largura da máquina: 80 cm; Disco de corte: diâmetro de 450mm; Sistema de dentes: tungstênio substituíveis e rotativos (12 dentes); Capacidade de varredura: 115cm; Corte abaixo do solo: 30cm; Deve ser motorizado ou hidráulico; Tanque de combustível ou injeção eletrônica; Peso aproximado: 553Kg.	R\$313.000,00	R\$311.536,67
4	Unid	Conjunto Motobomba Centrífuga Monobloco Potência: 3,0 CV (2,2 kW) Rotação: Alta Rotação (2 polos) – Mínimo 3.450 / Máximo 3.500 RPM Alimentação: Trifásica Tensão: 220/380V (com 06 terminais de saída) Frequência: 60 Hz Grau de Proteção: IP55 (Mínimo) Classe de Isolação: F Tipo de Partida: Própria para Partida Direta Aplicações: Sistemas de chafariz, fontes e recalque de água limpa. Características Adicionais: Corpo em ferro fundido/inox, selo mecânico em Buna-N, compatível com regime de trabalho contínuo (S1).	R\$3.551,38	R\$14.205,52

**7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**





7.1 A opção pelo julgamento por itens individuais, em detrimento do agrupamento por lotes, fundamenta-se no Art. 40, § 2º da Lei nº 14.133/2021, visando a ampla competitividade e a obtenção de propostas tecnicamente mais vantajosas, conforme detalhado abaixo:

7.2 Especialização e Segmentação de Mercado: O objeto abrange desde ferramentas leves de construção civil até maquinário de linha amarela e instrumentos de precisão (optoeletrônica). A adjudicação por item permite que fabricantes e revendedores autorizados participem diretamente do certame em suas áreas de especialidade, eliminando a figura do "atravessador" e reduzindo o custo final para a Administração.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para o atendimento satisfatório da necessidade do Município e, conforme prática usual do mercado para o objeto deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, são necessários os seguintes requisitos para a contratação:

8.1.1. Garantia Técnica: Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo, sem limite de horas de uso no período, além da garantia complementar.

8.1.2. Assistência Técnica Regionalizada: A empresa contratada deverá comprovar a existência de rede de assistência técnica autorizada ou oficina especializada em um raio de distância de até 300km que permita o atendimento célere, considerando a localização estratégica do Município e o acesso aos polos industriais regionais, garantindo o fornecimento de peças originais e serviços de manutenção preventiva e corretiva.

8.1.3. Entrega Técnica e Treinamento: A contratada deverá realizar a entrega técnica no pátio da Secretaria de Obras, incluindo treinamento operacional teórico e prático para os servidores municipais (operadores e mecânicos), abordando comandos, checklists de segurança e rotinas de manutenção básica.

8.1.4. Conformidade Normativa: Os equipamentos devem atender integralmente às normas de segurança vigentes, especialmente a NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos) e as normas ambientais de emissão de ruídos e poluentes.

8.1.5. Documentação Complementar: No ato da entrega, os equipamentos deverão acompanhar:

8.1.5.1. Manual do Operador em língua portuguesa;

8.1.5.2. Catálogo de peças e manuais de manutenção;

8.1.5.3. Certificado de Garantia;

8.1.5.4. Notas Fiscais detalhando números de chassi e série.

## **9. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES E/OU CORRELATAS**

9.2. Não se aplica

## **10. RESULTADOS PRETENDIDOS**



10.1 Com a contratação objeto deste ETP, almeja-se alcançar os seguintes objetivos:

10.1.1. Promover a modernização e o fortalecimento da frota pesada da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, garantindo que o município disponha de equipamentos próprios de alta tecnologia e performance para a execução de obras públicas e limpeza urbana.

10.1.2. A aquisição dos bens elencados tem como objetivos específicos:

10.1.3. Eficiência na Pavimentação garantindo o selamento e a compactação técnica de bases e camadas asfálticas aumenta a vida útil das vias pavimentadas e reduz a necessidade de manutenções corretivas frequentes (tapa-buracos).

10.1.4. Otimização da Limpeza Urbana: com a remoção mecanizada de tocos e raízes em áreas públicas, praças e canteiros, eliminando riscos de acidentes para pedestres e preparando o terreno de forma ágil para novos projetos de urbanização ou plantio adequado.

10.1.5. Autonomia Operacional: Reduzir a dependência de locações externas e a espera por cronogramas de terceiros, permitindo que a Secretaria atue prontamente em situações de emergência ou em frentes de trabalho simultâneas.

10.1.6. Segurança e Ergonomia: Proporcionar aos servidores municipais equipamentos que atendam às normas de segurança, garantindo um ambiente de trabalho seguro e operacionalmente eficiente.

10.1.7. Concomitante, almeja-se elevar o padrão de qualidade da infraestrutura urbana e rural de Telêmaco Borba, refletindo diretamente na melhoria da mobilidade, na valorização do espaço público e na qualidade de vida da população.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MUNICÍPIO**

11.1. Não há nenhuma providência imediata para guarda e funcionamento dos equipamentos, pois o município dispõe de pátio cercado e coberto na Secretaria de Obras para a guarda do rolo e do destocador, e espaço seguro para guarda dos demais itens garantindo a preservação do patrimônio contra intempéries e furtos

11.2. Posterior a aquisição, caberá ao Município a disponibilização de servidores devidamente capacitados e habilitados para a operação do rolo compactador e do destocador, os quais deverão possuir as certificações obrigatórias de acordo com as Normas Regulamentadoras vigentes (NR-11 e NR-12) e a categoria de CNH compatível;

11.3. A contratada deverá fornecer orientações técnicas e treinamento operacional aos servidores da Secretaria de Obras responsáveis pelo manuseio dos equipamentos. As instruções devem abranger:

11.4. Rolo Compactador: Procedimentos de operação segura, verificação de níveis de fluídos, comandos de compactação e normas de segurança em via pública.

Destocador: Técnicas de acoplamento (se aplicável), comandos de operação e posicionamento para extração de tocos, substituição de dentes/lâminas de corte e perímetros de isolamento de segurança durante o uso.



## **12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

12.1. Embora a aquisição dos equipamentos não gere impactos ambientais diretos imediatos, a sua operação e manutenção deverão seguir boas práticas de sustentabilidade e mitigação de danos ambientais, conforme segue:

12.1.1. Zelar pela utilização de combustíveis de boa qualidade e realizar as manutenções preventivas (filtros e regulagens) para reduzir a emissão de gases poluentes e ruídos excessivos.

12.1.2. Todos os resíduos decorrentes da operação e manutenção dos equipamentos (óleos lubrificantes usados, filtros, estopas contaminadas e peças substituídas) deverão receber descarte final ambientalmente adequado, sendo vedado o descarte em solo ou rede de esgoto, observando-se a legislação vigente (CONAMA).

12.1.3. Os licitantes deverão entregar os equipamentos e seus respectivos kits de ferramentas/peças de reposição acondicionados em embalagens que garantam a proteção contra corrosão e danos no transporte. Devem ser priorizadas embalagens:

- Com o menor volume possível;
- Compostas por materiais recicláveis ou reutilizáveis (paletes de madeira certificada, papelão, plásticos recicláveis);
- Que facilitem a separação e destinação seletiva após o desembalo técnico.

12.1.4. Para utilização do destocador deverão ser adotadas práticas que minimizem a dispersão de resíduos vegetais em áreas urbanas, preferencialmente realizando a limpeza do local após a operação para evitar o entupimento de bueiros e redes pluviais.

## **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

13.1. Conforme levantamento de mercado indicado na cláusula terceira deste Estudo Técnico Preliminar, é possível concluir que a solução mais viável, sob os aspectos técnicos, econômicos e ambientais, é a aquisição dos equipamentos por meio de processo licitatório. Esta escolha justifica-se pelos seguintes pontos:

13.1.1. A análise demonstrou que o investimento na compra, diluído pela vida útil estimada do maquinário, apresenta-se mais vantajoso do que a terceirização dos serviços, considerando a alta demanda de serviços da Secretaria de Obras.

13.1.2. A disponibilidade imediata dos equipamentos permitirá ao Município agilizar o cronograma de manutenção de vias e a limpeza de áreas públicas, eliminando a dependência de disponibilidade de terceiros.





13.1.3. A aquisição de equipamentos novos, dotados de tecnologia atual, garante menor índice de quebras, reduz custos de manutenção corretiva e otimiza o consumo de combustíveis, alinhando-se às metas de eficiência administrativa.

13.1.4. O domínio da frota própria assegura a continuidade do serviço público, permitindo o atendimento célere de demandas emergenciais e o cumprimento das metas de zeladoria urbana.

13.2. Desta forma, a equipe técnica manifesta-se favorável ao prosseguimento do processo para a aquisição dos itens, visando o interesse público e o fortalecimento da infraestrutura municipal.

Telêmaco Borba, 19 de março de 2026.

#### ÁREA REQUISITANTE

**Nome Servidor:** Luciana Ramos Lemos

**Matrícula nº:** 9718

**Cargo/função:** Agente Administrativo

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

#### ANUÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

**1 – De acordo com o ETP elaborado pela área requisitante;**

**2 – Determino a continuidade dos procedimentos para a contratação pretendida.**

**Nome da autoridade:** Paulo Rogério Gomes

**Cargo/função:** Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

**Assinatura:** \_\_\_\_\_



## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Empresa:

Denominação social:

Inscrição estadual ou municipal:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Nº do Banco:

Banco:

Agência:

Conta Corrente (com dígito):

**Validade da proposta: 90 dias**

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	Rolo compactador vibratório nas seguintes especificações mínimas: Equipamento zero hora de funcionamento; Ano de Fabricação/ano Modelo: igual ou posterior à data de abertura do edital; Peso operacional c/ROPS: 2.500 kg; Largura do Tambor: 1.000mm;  Motor diesel; Tanque de combustível: 35 litros; Capacidade de água: 200 litros;  Motor com potência de 24,4 HP (18.4 kW); Força centrífuga: 23kN; Frequência de vibração: 60 Hz;  Rolo de vibração: á frente + atrás; Sistema de direção: hidrostática; Sistema de direção: articulada oscilante ou hidrostática; Sistema de água: pressurizado;  Sistema elétrico: 12 volts. Luzes de trabalho à frente e	UNIDADE	1			



	<p>atrás; Alarme de marcha ré; Nível de água; Assento ajustável; Rops; Cinto de segurança; Giroflex; Horímetro; O rolo compactador deverá conter todos os equipamentos exigidos pela legislação vigente que porventura não tenham sido citados nas especificações acima. Garantia de 24 (vinte e quatro) meses, e todas as REVISÕES de manutenção preventiva, logística e insumos às expensas da proponente durante o período de garantia ou 2.000 horas. Entrega com tanque cheio. Conforme Termo de Referência.</p>					
2	<p>Destocador de tocos autopropelido nas seguintes especificações mínimas: Motor: ciclo Otto ou diesel; Combustível: a gasolina ou diesel; Potência: 26 HP; Sistema de arrefecimento: ar ou líquido; Tipo de tração: rodas; Autopropelido com pneus de alta tração; Largura da máquina: 80 cm; Disco de corte: diâmetro de 450mm; Sistema de dentes: tungstênio substituíveis e rotativos (12 dentes); Capacidade de varredura: 115cm; Corte abaixo do solo: 30cm; Deve ser motorizado ou hidráulico; Tanque de combustível ou injeção eletrônica; Peso aproximado: 553Kg.</p>	UNIDADE	1			
3	<p>Compactador de percussão nas seguintes especificações mínimas: Motor: 4 tempos</p>	UNIDADE	1			





	Combustível:gasolina; Capacidade do tanque de combustível: 2 litros; Potência:3,6HP; Força de impacto:13kN; Golpes por minuto:640-680bpm; Amplitude do salto:50 - 75mm; Tamanho da sapata:280 x 300mm; Peso:70Kg.					
4	Câmera para inspeção de dutos com as seguintes especificações mínimas: Sistema de iluminação composto por 12 LEDs brancos com ajuste de intensidade; Diâmetro da câmera: 23mm; Lente grande angular com ângulo de abertura entre 100° a 140°; Capacidade de operação em uma faixa de diâmetros de tubulações de 40 mm a 250 mm; Nível de proteção IP68 ; Cabo de fibra de vidro com comprimento variando de 30 a 50 metros; Unidade de controle com monitor colorido para visualização em tempo real; Deverá acompanhar obrigatoriamente acessórios como centralizadores (skids) de diferentes tamanhos para proteção da lente e centralização da imagem em diversos diâmetros de tubo; Cartão de memória ou unidade USB para armazenamento de registros; Fonte de alimentação bivolt e bateria interna recarregável de longa duração; Maleta de transporte de alta resistência (tipo Pelican) para proteção contra impactos e umidade.	UNIDADE	1			
5	Placa vibratória nas seguintes especificações mínimas: Tipo de Motor: 4 tempos; Combustível: gasolina; Capacidade do tanque de	UNIDADE	1			



	combustível: 3,6 litros; Capacidade do tanque de água: 12 litros; Capacidade de óleo: 0,6 litros; Potência: 5,5 HP; Força centrífuga: 13kN; Frequência de vibração: 5.500VPM; Profundidade de compactação: 30cm. Rotação: Até 3,600 rpm. Dimensões da base(CxL): 530x500mm. Peso operacional: 82Kg.					
6	Bomba centrífuga monobloco horizontal multiestágios nas seguintes especificações mínimas: Material: Ferro fundido/inox ou aço carbono ou alumínio; Motor: elétrico horizontal; Alimentação: Trifásica; Tensão: 220/380v (com 6 terminais de saída); Rotação: 3.450 rpm (Alta rotação com 2 pólos); Potência: 3,0 cv; Frequência: 60Hz; Classe de isolamento: F; Grau de Proteção: IP55; Tipo de partida: Própria para partida direta; Aplicações: sistemas de chafariz, fontes e recalque de água limpa Regime de trabalho contínuo (S1); Deverá atender a Norma Vigente.	UNIDADE	4			
7	Motobomba autoescorvante nas seguintes especificações mínimas: Material do rotor e voluta: Ferro fundido; Sistema de partida: manual retrátil e elétrica; Combustível: Diesel; Diâmetro (Sucção/recalque): 3" x 3" (80mm); Potência: 6,7 Hp; Rotação: 3.600 rpm; Altura manométrica: 25 a 28 m.c.a; Sucção: 7 m;	UNIDADE	1,00000			



Vazão: 44m <sup>3</sup> ;					
Capacidade do tanque: 3,0 litros;					
Bateria: 12v, inclusa.					
Óleo recomendado: 15W40.					

**Observação:** A marca e modelo são obrigatórios quando aplicáveis. Em caso de fabricação, o modelo não é obrigatório. Para produtos dos quais não seja possível definir modelo, este requisito fica dispensado.

Local e data

Representante Legal ou Procurador do Licitante  
(nome e assinatura)







## ANEXO III

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026  
Nº \_\_\_\_/2026  
PROTOCOLO Nº \_\_\_\_/2026

#### PUBLICADO

Edição nº: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Pág. \_\_\_\_  
Boletim Oficial do Município de Telêmaco Borba-PR

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE ENTRE SI  
FIRMAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE  
TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ E DE  
OUTRO LADO \_\_\_\_\_, CONFORME  
AS CLÁUSULAS ABAIXO:

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Dr. Horácio Klabin, 37, inscrito no CNPJ/MF nº 76.170.240/0001-04, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **RITA MARA DE PAULA ARAÚJO**, brasileira, casada, farmacêutica, portadora do Registro de Identidade Civil n.º 30677250 SSP-PR e do CPF/MF n.º 514.049.159-15, residente e domiciliada nesta cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, com endereço na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de Máquinas, equipamentos e ferramentas industriais para manutenção da malha viária urbana e da rede de esgoto**, nas condições estabelecidas nesse documento, termo de referência e seus Anexos.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	Rolo compactador vibratório nas seguintes especificações mínimas: Equipamento zero hora de funcionamento;  Ano de Fabricação/ano Modelo: igual ou posterior à data de abertura do edital; Peso operacional c/ROPS: 2.500 kg; Largura do Tambor: 1.000mm; Motor diesel; Tanque de combustível: 35 litros; Capacidade de água: 200 litros; Motor com potência de 24,4 HP (18.4 kW);  Força centrífuga: 23kN; Frequência de vibração: 60 Hz; Rolo de vibração: á frente + atrás; Sistema de direção: hidrostática; Sistema de direção: articulada oscilante ou	UNIDAD E	1,00000		



	hidrostática; Sistema de água: pressurizado; Sistema elétrico: 12 volts. Luzes de trabalho à frente e atrás; Alarme de marcha ré; Nível de água; Assento ajustável; Rops; Cinto de segurança; Giroflex; Horímetro; O rolo compactador deverá conter todos os equipamentos exigidos pela legislação vigente que porventura não tenham sido citados nas especificações acima. Garantia de 24 (vinte e quatro) meses, e todas as REVISÕES de manutenção preventiva, logística e insumos às expensas da proponente durante o período de garantia ou 2.000 horas. Entrega com tanque cheio. Conforme Termo de Referência.				
2	Destocador de tocos autopropelido nas seguintes especificações mínimas: Motor: ciclo Otto ou diesel; Combustível: a gasolina ou diesel; Potência:26 HP; Sistema de arrefecimento:ar ou líquido; Tipo de tração: rodas; Autopropelido com pneus de alta tração; Largura da máquina: 80 cm; Disco de corte: diâmetro de 450mm; Sistema de dentes: tungstênio substituíveis e rotativos (12 dentes); Capacidade de varredura: 115cm; Corte abaixo do solo: 30cm; Deve ser motorizado ou hidráulico; Tanque de combustível ou injeção eletrônica; Peso aproximado: 553Kg.	UNIDAD E	1,00000		
3	Compactador de percussão nas seguintes especificações mínimas: Motor:4 tempos Combustível:gasolina; Capacidade do tanque de combustível: 2 litros; Potência:3,6HP; Força de impacto:13kN; Golpes por minuto:640-680bpm; Amplitude do salto:50 - 75mm; Tamanho da sapata:280 x 300mm; Peso:70Kg.	UNIDAD E	1,00000		
4	Câmera para inspeção de dutos com as seguintes especificações mínimas:	UNIDAD E	1,00000		



	Sistema de iluminação composto por 12 LEDs brancos com ajuste de intensidade; Diâmetro da câmera: 23mm; Lente grande angular com ângulo de abertura entre 100° a 140°; Capacidade de operação em uma faixa de diâmetros de tubulações de 40 mm a 250 mm; Nível de proteção IP68 ; Cabo de fibra de vidro com comprimento variando de 30 a 50 metros; Unidade de controle com monitor colorido para visualização em tempo real; Deverá acompanhar obrigatoriamente acessórios como centralizadores (skids) de diferentes tamanhos para proteção da lente e centralização da imagem em diversos diâmetros de tubo; Cartão de memória ou unidade USB para armazenamento de registros; Fonte de alimentação bivolt e bateria interna recarregável de longa duração; Maleta de transporte de alta resistência (tipo Pelican) para proteção contra impactos e umidade.				
5	Placa vibratória nas seguintes especificações mínimas: Tipo de Motor: 4 tempos; Combustível: gasolina; Capacidade do tanque de combustível: 3,6 litros; Capacidade do tanque de água: 12 litros; Capacidade de óleo: 0,6 litros; Potência: 5,5 HP; Força centrífuga: 13kN; Frequência de vibração: 5.500VPM; Profundidade de compactação: 30cm. Rotação: Até 3,600 rpm. Dimensões da base(CxL): 530x500mm. Peso operacional: 82Kg.	UNIDAD E	1,00000		
6	Bomba centrífuga monobloco horizontal multiestágios nas seguintes especificações mínimas: Material: Ferro fundido/inox ou aço carbono ou alumínio; Motor: elétrico horizontal; Alimentação: Trifásica; Tensão: 220/380v (com 6 terminais de saída); Rotação: 3.450 rpm (Alta rotação com 2 pólos); Potência: 3,0 cv; Frequência: 60Hz; Classe de isolamento: F;	UNIDAD E	4,00000		





	Grau de Proteção: IP55; Tipo de partida: Própria para partida direta; Aplicações: sistemas de chafariz, fontes e recalque de água limpa Regime de trabalho contínuo (S1); Deverá atender a Norma Vigente.				
7	Motobomba autoescorvante nas seguintes especificações mínimas: Material do rotor e voluta: Ferro fundido; Sistema de partida: manual retrátil e elétrica; Combustível: Diesel; Diâmetro (Sucção/recalque): 3" x 3" (80mm); Potência: 6,7 Hp; Rotação: 3.600 rpm; Altura manométrica: 25 a 28 m.c.a; Sucção: 7 m; Vazão: 44m³; Capacidade do tanque: 3,0 litros; Bateria: 12v, inclusa. Óleo recomendado: 15W40.	UNIDAD E	1,00000		

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:  
1.3.1. O Termo de Referência;  
1.3.2. Processo licitatório;  
1.3.3. A Proposta do contratado;  
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando a entrega do objeto não for concluída no período firmado acima.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE FORNECIMENTO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O prazo de entrega dos bens será de 60 dias para o Rolo compressor e o destocar autopropelido, e de 30 dias para os demais equipamentos, contados da assinatura do contrato, da emissão da nota de empenho ou da autorização de fornecimento, conforme o caso, em remessa única;

3.2. Caso não seja possível o cumprimento do prazo de entrega, a contratada deverá comunicar formalmente as razões com antecedência mínima de 10 dias úteis, para apreciação de eventual pedido de prorrogação, ressalvados os casos fortuitos e de força maior;

3.3. Os bens deverão ser entregues livres de ônus, com frete, descarregamento, montagem, capacitação e entrega técnica, devendo estar prontos para uso;

### 3.4. Para o Rolo Compactador e Destocador Autopropelido

3.5. Motor e Transmissão: Entrega com óleo de cárter e óleo de transmissão (caixa e diferenciais) nos níveis máximos recomendados pelo fabricante.

3.6. Sistema Hidráulico: Tanques de óleo hidráulico completamente abastecidos e sistemas sangrados (sem ar).

3.7. Arrefecimento: Sistema preenchido com líquido de arrefecimento (água + aditivo) na proporção técnica correta.

3.8. Lubrificação Graxa: Todos os pinos graxeiros, articulações do chassi e mancais devem estar devidamente engraxados.

3.9. Combustível: Entrega com tanque cheio de combustível para realização dos testes de entrega técnica.

### 3.10. Para o Compactador de Solo por percussão e Placa Vibratória



3.11. Câter: Preenchimento integral com óleo lubrificante específico para motores 4 tempos (ou conforme manual).

3.12. Sistema de Percussão: o sistema de lubrificação da bota (pé de carneiro) deve estar em nível pleno.

3.13. Filtro de Ar: O elemento filtrante deve estar devidamente banhado em óleo (se o modelo assim exigir) e livre de poeira de estoque.

**3.14. Para a Motobomba Autoescorvante e motobombas centrífugas**

3.15. Motor: Óleo de câter abastecido.

3.16. Vedação: O selo mecânico e a carcaça da bomba devem ser entregues inspecionados para evitar vazamentos no primeiro acionamento.

**3.17. Para o Sistema de Câmeras de Inspeção de Dutos**

3.18. Energia: O equipamento deve ser entregue com a bateria interna com 100% de carga.

3.19. Proteção: Lentes e cabos devem estar limpos e com película protetora de fábrica ou estojo de proteção original.

3.20. Todos os objetos deverão vir acompanhados dos manuais em português e, se aplicável, o licenciamento/registro em órgãos reguladores (ex: ANVISA, INMETRO).

**3.21. Da exigência de prospectos**

3.22. Será exigido prospecto para todos os itens deste Termo de Referência;

3.23. Mediante solicitação da Pregoeira, deverá ser enviado prospecto / ficha técnica do fabricante para todos os itens, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" no prazo máximo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta;

3.24. Somente mediante autorização da Pregoeira e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: [pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br](mailto:pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br) sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

3.25. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

3.26. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade;

3.27. OS prospectos deverão ser do fabricante do produto, devendo constar marca, e as características das especificações, escrito em língua portuguesa;

3.28. Não serão aceitos prospectos montados, exceto para os itens onde há fabricação própria da empresa participante;

3.29. Os prospectos apresentados serão avaliados por uma equipe de servidores, definida pela Secretaria requisitante, para juntamente com o(a) Pregoeiro(a) realizar a verificação das especificações, após a habilitação conferindo se atendem ao que foi solicitado em edital;

3.30. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;

3.31. Se o(s) prospecto(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado;

3.32. Seguir-se-á com a verificação do(s) prospecto(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência;

3.33. OS interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;

3.34.

3.35. Todos os bens deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, situada na Rua Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto 341, Bairro Macopa, Telêmaco Borba-PR. CEP: 84.261-320;

3.36. A entrega do Rolo compressor deverá acontecer mediante agendamento com a Divisão de Pavimentação e Máquinas com o servidor Felipe Loyola, e-mail: [luciana.lemos@telemacoborba.pr.gov.br](mailto:luciana.lemos@telemacoborba.pr.gov.br) – (42) 84167622.

3.37. Horário de recebimento de segunda-feira a sexta-feira das das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, com agendamento via E-mail e comunicação prévia via Telefone e WhatsApp com representante do setor requisitante;

3.38. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.39. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

3.40. A gestão e a fiscalização serão realizadas em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decretos Municipais nº. 29.203 e 29.216, ambos de 2023;

3.41. A gestão será exercida pelo servidor \_\_\_\_\_, matrícula: \_\_\_\_\_, denominado GESTOR;



3.42. A fiscalização será exercida pelo servidor \_\_\_\_\_, matrícula: \_\_\_\_\_, denominado FISCAL;

3.43. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.44. O fiscal de contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

3.45. O fiscal deverá acompanhar a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Municipal;

3.46. O fiscal do contrato deverá coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, do registro de ocorrências, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração;

3.47. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme previsto no § 1º, do art. 117, da Lei nº. 14.133, de 2021.

3.48. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção.

3.49. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.50. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.51. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a previsão de término da vigência do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva, à prorrogação contratual ou a realização de nova licitação, conforme o caso.

3.52. O fiscal do contrato, quando designado, ou o gestor do contrato, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.53. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.54. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, nota de empenho ou contrato, conforme o caso, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração Municipal.

3.55. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa;

3.56. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.57. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando for o caso, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.58. O gestor do contrato tomará providências para solicitar autorização para a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023.

3.59. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).





5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.2. Posteriormente ao recebimento provisório pela fiscalização do contrato, a Comissão Especial de Recebimento de Veículos e Máquinas deste Município fará a análise de conformidade(s) do(s) item(ns) com as especificações presente no termo de referência, após constatar total cumprimento de todas as exigências fará a entrega do Termo de Recebimento de Veículos ao fiscal do mesmo;

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da notificação enviada à contratada, às suas custas, sem prejuízo nem aplicação das penalidades;

6.4. Caso ocorra o apresentado na cláusula acima, será reiniciado o prazo para recebimento provisório do objeto do certame, partir da data da regularização do mesmo;

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato, mediante termo detalhado elaborado com fundamento no relatório do fiscal, que ateste o cumprimento das obrigações contratuais.

6.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

6.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

6.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 7 (sete) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período;

7.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

##### **Prazo de pagamento**

7.5. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

##### **Forma de pagamento**

7.6. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco,



agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2. Receber os bens de acordo com as especificações descritas neste documento, rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contratado;

9.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.5. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8. Cientificar o gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9. Reservar local apropriado para o recebimento do material objeto deste termo de referência;

9.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se por todos os vícios e danos decorrentes da execução do objeto, incluindo aqueles causados diretamente à Administração ou a terceiros por sua culpa ou dolo, em conformidade com a legislação aplicável, em especial o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Fica estabelecido que a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, ficando a Administração autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, se houver, o valor correspondente aos prejuízos sofridos;

10.5. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133,





de 2021;

10.7. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;

10.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.26. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido;

10.27. Sujeitar-se à fiscalização da Contratante quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados;

10.31. Possuir oficina autorizada pelo fabricante para revisões em garantia;

10.32. Entregar o(s) tanque(s) de combustíveis cheio;

10.37. Entregar Chave extra de ignição;

10.40. Possuir Extintor de Incêndio;

10.42. Possuir Sinal sonoro de Marcha à Ré;

10.44. Entregar Manual do usuário, com versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.45. Equipe Técnica Especializada:

10.46. Deverá manter rede de assistência técnica, com capacidade para realizar durante o período de garantia, a manutenção do veículo e adaptações. Caso contrário, deverá enviar equipe volante até a secretaria detentora do veículo, onde o serviço será executado, ou conduzir o veículo até a localidade onde o serviço será prestado, sendo que a responsabilidade a as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, além do transporte, que nesse caso deverá ser realizado em veículo apropriado (veículo cegonha, plataforma, carreta ou guincho plataforma), correrão única e exclusivamente PELA CONTRATADA.

10.47. Durante o período de garantia, a CONTRATADA estará obrigada a sanar os problemas surgidos no veículo e respectivas adaptações, a restituir o veículo a unidade detentora, em condições de utilização, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a detecção do problema pelo profissional especialista. Será exigida a presença de um profissional especialista e conhecedor do veículo e implemento em no máximo 72 horas para levantamento do possível problema, contados a partir da comunicação do defeito a empresa indicada para a prestação do serviço.

10.48. Caso não seja possível a solução dos problemas verificados nas adaptações, a CONTRATADA deverá substituir o item defeituoso por outro em perfeitas condições, e restituir o veículo a respectiva Secretaria detentora do veículo, dentro do prazo estipulado de 30 (trinta) dias a fim de que não haja prejuízo no desenvolvimento das atividades da CONTRATANTE.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Caso o prazo de garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nas cláusulas 11.16 e 11.26, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

11.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

11.3 A garantia será imediatamente solicitada em caso de panes, defeitos de fabricação, vícios ocultos, falhas estruturais, fadiga prematura de componentes hidráulicos ou mecânicos e quaisquer anomalias que impeçam o pleno funcionamento do equipamento em sua capacidade máxima, abrangendo quaisquer das situações abaixo descritas:

11.4 Panes e Defeitos: Falhas elétricas, eletrônicas ou mecânicas repentinas;

11.5 Vícios Ocultos: Defeitos que não eram aparentes no ato da entrega, mas que surgem com o uso (ex: microfissuras no chassi ou falhas internas de vedação);

11.6 Erros de Montagem ou Projeto: Problemas de alinhamento, vazamentos em conexões hidráulicas ou superaquecimento por falha de dimensionamento;

11.7 Fadiga de Material: Quebra de componentes que deveriam ser duráveis antes do tempo de vida útil previsto;

11.8 Inconformidade com o Edital: Caso a máquina/equipamento não atinja a performance ou potência exigida neste Termo de Referência.

11.9 A Contratada deverá comprovar, no ato da entrega, a existência de assistência técnica autorizada num raio máximo de 350 km do Município para garantir o cumprimento do acordo de atendimento.

11.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos encaminhados para cobertura da garantia será de responsabilidade do contratado.

11.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

11.12 Caso o equipamento apresente defeitos recorrentes (mais de 3 ocorrências do





mesmo vício em 6 meses) ou o reparo não seja possível dentro do prazo de 30 dias, o fornecedor deverá realizar a substituição por um equipamento novo de igual ou superior especificação em até 10 (dez) dias úteis.

11.13 Sempre que o equipamento permanecer indisponível por mais de 5 (cinco) dias úteis para reparos em garantia, o período total de garantia será acrescido do tempo equivalente ao que a máquina ficou parada;

11.14 Considerando as especificidades dos objetos, somam-se as demais cláusulas as seguintes:

**a) Câmera para Inspeção de dutos, motobomba autoescorvante, motobomba centrífuga, compactador de solo por percussão e Placa Vibratória**

11.15 O prazo de garantia contratual dos bens deverá ser de no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo.

11.16 O laudo técnico e orçamento devem ser apresentados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a entrega do equipamento na assistência autorizada ou coleta pela Contratada.

11.17 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

11.18 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

11.19 Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da retirada.

11.20 O fornecedor terá até 48 horas úteis para retirar o equipamento na sede da Secretaria de Obras ou indicar agência de correios/transportadora com logística reversa paga.

11.21 Os prazos indicados nos subitens anteriores, durante seu transcurso, poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

11.22 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

11.23 O custo referente ao transporte (ida e volta) dos equipamentos encaminhados por inconformidades cobertas pela garantia será de responsabilidade do contratado.

11.24 Contratada estará isenta da responsabilidade de reparo em garantia caso comprove, mediante laudo técnico fundamentado e instruído com fotos/vídeos, que o defeito ou avaria foi causado exclusivamente por mau uso, negligência ou operação em desacordo com as instruções fornecidas na Entrega Técnica e no Treinamento de Operação realizados no ato da entrega.

**b) Rolo Compactador e Destocador Florestal Autopropelido**

11.25 Garantia legal de no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses ou 2.000 (mil) horas de operação (o que ocorrer primeiro), ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

11.26 A Contratada responsabilizar-se-á pelos custos todas as REVISÕES de manutenção preventiva, logística e insumos às expensas da proponente durante o período de garantia ou 2.000 horas, conforme orientação de prazo e/ou horímetro solicitados no manual do fabricante, arcando com os custos de peças, lubrificantes, filtros, materiais e mão de obra necessários;

11.27 O laudo técnico e orçamento devem ser apresentados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a entrada do veículo/máquina na assistência técnica ou após a visita técnica no local.

11.28 A assistência técnica deverá ser prestada no local para diagnóstico inicial. Caso seja necessário o deslocamento para oficina, os custos de frete (prancha) serão da Contratada.

11.29 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

11.30 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

11.31 Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.

11.32 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

11.33 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos



apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

11.34 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

11.35 Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.

11.36 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

11.37 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

11.38 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

11.39 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. A inexecução total ou parcial do contrato, por dolo ou culpa do contratado, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - multa: moratória ou compensatória;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2. A aplicação das sanções, inclusive a advertência, será precedida do devido processo legal, no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3. A competência para determinar a instauração do processo administrativo é do Chefe do Poder Executivo municipal, ou de quem dele receber delegação de competência.

12.4. A penalidade será aplicada pelo Secretário da pasta a que o contrato está vinculado.

12.5. A aplicação das sanções previstas em Lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração municipal.

12.6. A Administração municipal tem o dever de instaurar processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa, em virtude de inexecução contratual, salvo se comprovado que o descumprimento decorreu de culpa da própria Administração, caso fortuito, força maior ou fato imputável exclusivamente a terceiros.

12.7. O fiscal do contrato, após registrar em relatório o descumprimento contratual, deverá reportar a situação ao gestor de contrato, a quem caberá solicitar ao Chefe do Poder Executivo municipal autorização para instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade.

12.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o art. 158, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a ser conduzido por comissão composta por, no mínimo, 02 (dois) servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, designada pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

12.9. O procedimento para aplicação de penalidades administrativas é o expresso no Decreto nº 29.216, de 13 de março de 2023.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**



13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, e nos arts. 28 e 29 e 30, do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Indenizações e multas.

13.7.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. A extinção determinada por ato unilateral do contratante e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

13.9. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) devolução da garantia;

b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; e

c) pagamento do custo da desmobilização.

13.10. A extinção determinada por ato unilateral do contratante poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração municipal;

b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Administração.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
2026						
2026						

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.





15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. O presente Instrumento de Contrato será publicado na imprensa Oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

17.2. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

18.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

18.2. O Contratado deverá manter sigilo sobre dados, documentos, transações efetuadas e demais informações que tiver acesso, durante a execução contratual do objeto, devendo coibir qualquer prática contrária às normas da Contratante, salvo por requisição de responsável da parte desta, devidamente formalizada;

18.3. dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

18.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

18.5. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado;

18.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

18.7. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

18.8. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

18.9. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.10. Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

18.11. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

18.12. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;

18.13. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;

18.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**



19.1. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da comarca de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, independentemente de qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que, em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, respondendo por si e por seus legais sucessores.

Telêmaco Borba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

Estado do Paraná  
CNPJ: 76.170.240/0001-04  
Rita Mara De Paula Araújo  
**Prefeita**

CNPJ nº \_\_\_\_\_

**Representante Legal**

Matricula \_\_\_\_\_  
**Gestor do Contrato**

Matricula \_\_\_\_\_  
**Fiscal do Contrato**

Testemunhas:

Rodrigo Otavio Safraiter  
Matricula 10321

Franklin Xavier  
Matricula 9610

5 DE JULHO  
TELÊMACO BORBA  
DE 1963